

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA  DE SAO TOMÉ E PRÍNCIPE

(Unidade -- Disciplina -- Trabalho)

DIVIDENDO DEMOGRÁFICO EM SAO TOME E PRINCIPE



Ficha técnica

1. Governo

- a. Sleid de Sousa Costa – Direcção Geral do Planeamento – Ministério da Economia, Finanças e Economia Azul
- b. Elsa Maria Cardoso – Instituto Nacional de Estatística – Ministério da Economia, Finanças e Economia Azul
- c. Victória Santos Rita – Direcção da Planificação e Inovação Educativa – Ministério da Educação, Cultura, Formação e Comunicação

2. CREFAT

- a. El Hadji Alioune CAMARA - Perito
- b. Camille GUIDIME – Perito

3. UNFPA

- a. Eugerio de Almeida Moniz – Encarregado de Programa

SUMARIO

FICHA TÉCNICA	2
SUMARIO	3
LISTA DE QUADROS	5
LISTA DE GRÁFICOS	6
LISTA DE ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS	8
SÍNTESE DOS RESULTADOS	10
I. APRESENTAÇÃO DO CONTEXTO PAÍS	18
I.1. SITUAÇÃO DEMOGRÁFICA	18
I.2. ECONOMIA	18
I.3. POBREZA E MERCADO DO TRABALHO	21
I.4. SITUAÇÃO DE GÉNERO EM SÃO TOMÉ	22
II. APLICAÇÕES E RESULTADOS	23
II.1. DEPENDÊNCIA ECONÓMICA E SOCIAL	23
II.1.1 Perfil de despesa de consumo	24
II.1.2 Perfil de rendimento do trabalho	31
II.1.3 Défice do ciclo	33
II.2. GÉNERO E O DIVIDENDO DEMOGRÁFICO	36
II.2.1 Perfil Médios das despesas de consumo e rendimento do trabalho por sexo	37
II.2.2 Perfil agregado das despesas de consumo e rendimento do trabalho por sexo	38
II.2.3 Défice do ciclo de vida por sexo	40
II.3. DIVIDENDO DEMOGRÁFICO POR MEIO DE RESIDÊNCIA	43
II.3.1 Perfil médio das despesas de consumo e rendimento do trabalho por meio de residência.	43
II.3.2 - Perfil agregado de consumo e rendimento do trabalho por meio de residência	44
II.3.3 Défice do ciclo de vida por meio de residência	45
III. RÁCIO DE SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA E PROJEÇÃO EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE	49
III.1. CONSTRUÇÃO E MEDIÇÃO DO RÁCIO DE SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE	49
III.2. CRESCIMENTO DO RÁCIO DE SUSTENTABILIDADE ECONÓMICO: A MEDIÇÃO DO DIVIDENDO DEMOGRÁFICO.	52
IV. PROJEÇÃO NTA (NATIONAL TRANSFER ACCOUNT) DO 1º DIVIDENDO DEMOGRÁFICO	54
IV.1. RESULTADOS DE PROJEÇÃO	55
IV.2. RESULTADO DE PROJEÇÃO NTA DO DIVIDENDO DEMOGRÁFICO	56
RECOMENDAÇÕES E PRÓXIMAS ETAPAS	58

ANEXOS	61
ANEXO 1: CONSUMO	61
ANEXO 2: RENDIMENTO DO TRABALHO	63
ANEXO 3: DÉFICE DO CICLO DE VIDA	64

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Resumo do comportamento médio por sexo _____	41
Quadro 2: Resumo do comportamento nacional de acordo com o sexo _____	42
Quadro 3: Comportamento médio de acordo com o meio de residência _____	47
Quadro 4: Comportamento nacional de acordo com o meio de residência _____	41

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Evolução da APD entre 2010-2014 _____	19
Gráfico 2: Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano 2010-2013 _____	19
Gráfico 3: Projecção da taxa de crescimento do PIB 2015-2020 _____	251
Gráfico 4: Perfil médio de consumo público e privado de educação _____	25
Gráfico 5: Perfil médio de consumo público e privado de saúde _____	29
Gráfico 6: Perfil médio de outras despesas de consumos público e privado _____	31
Gráfico 7: Perfil médio do rendimento salarial e de auto-emprego _____	322
Gráfico 8: Perfil médio de consumo e rendimento do trabalho _____	355
Gráfico 9: Perfil agregado de consumo e rendimento do trabalho _____	36
Gráfico 10: Perfil Médio de consumo e rendimento do trabalho de acordo com o sexo _____	38
Gráfico 11: Perfil agregado de consumo e rendimento do trabalho por sexo _____	39
Gráfico 12: Défice médio do ciclo de vida de acordo com o sexo _____	40
Gráfico 13: Défice agregado do ciclo de vida de acordo com o sexo _____	42
Gráfico 14: Perfil Médio de consumo e rendimento do trabalho por meio de residência _____	44
Gráfico 15: Perfil agregado de consumo e rendimento do trabalho de acordo com o meio de residência _____	45
Gráfico 16: Défice médio de ciclo de vida pelo meio de residência _____	46
Gráfico 17: Défice agregado de ciclo de vida de acordo com o meio de residência _____	48
Gráfico 18: Evolução do Rácio de Apoio Económico (RSE) _____	51
Gráfico 19: Dividendo Demográfico _____	53
Gráfico 20: Projecção da população _____	55
Gráfico 21: Projecção Dividendo Demográfico São Tomé e Príncipe 2016 _____	57
Gráfico 22: Perfil agregado de consumo público e privado de educação _____	61
Gráfico 23: Perfil agregado de consumo público e privado de saúde _____	62

Gráfico 24: Perfil agregado dos outros consumos públicos e privados _____	62
Gráfico 25: Perfil agregado do rendimento salarial e auto-emprego _____	63
Gráfico 26: Perfil médio do défice do ciclo de vida __ Error! Bookmark not defined.	
Gráfico 27: Perfil agregado do défice do ciclo de ida_____	64

Lista de acrónimos e abreviaturas

APD	Ajuda Pública ao Desenvolvimento
CF	Consumo privado
CFE	Consumo privado do sector da educação
CFH	Consumo privado do sector da saúde
CFX	Outros consumos privados
CG	Consumo público
CGE	Consumo público do sector da educação
CGH	Consumo público do sector da saúde
CGX	Outros consumos públicos
CREFAT	Centro de Investigação em Economia e Finanças Aplicadas de Thiès
DD	Dividendo Demográfico
EET	Inquérito sobre o Uso do Tempo
ENIEG	Estratégia Nacional para a Igualdade e a Equidade de Género
FMI	Fundo Monetário Internacional
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INE	Instituto Nacional de Estatística
INPG	Instituto Nacional para a Promoção da Igualdade e a Equidade do Género
IOF	Inquérito ao orçamento familiar
LCD	Défice do Ciclo de Vida
NTA	Contas de Transferências Nacionais
NTTA	Contas Nacionais de Utilização do Tempo
PIB	Produto Interno Bruto
OMD	Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento
PIED	Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento

RDSTP	República Democrática de São Tomé e Príncipe
RGPH	Recenseamento Geral da População e da Habitação
RSE	Rácio de sustentabilidade económica
SAJ	Saúde dos Adolescentes e Jovens
SCN	Sistema de Contabilidade Nacional
STP	São Tomé e Príncipe
YL	Rendimento do trabalho
YLE	Rendimento do trabalho dos assalariados
YLS	Rendimento de auto-emprego
ISF	Índice Sintético de fecundidade

SÍNTESE DOS RESULTADOS

A República Democrática de São Tomé e Príncipe tem uma população estimada em 2015 a 189.819, segundo os dados oficiais da projecção demográfica, com uma taxa de crescimento natural da população de 2,04% em relação a 2014 (população: 186.024). As mulheres representam ligeiramente 50% da população e as menores de 25 anos representam mais do que a metade, ou seja, 62%.

Entre 2010 e 2014, o país registou uma taxa de crescimento médio do PIB de 4% e as projecções do FMI para o período de 2015 a 2020 estimam entre 5% e 9%, respectivamente.

Estes resultados traduziram-se por uma nítida melhoria do IDH que evoluiu de maneira positiva com uma taxa de variação média anual de 0,68%.

Foram registados progressos em vários domínios. Com efeito, a taxa líquida de escolarização passou para 98% em 2015 contra 80% em 1990. A mortalidade infantil que era de 89 por 1.000 nascimentos vivos em 1990 desceu a 38 por 1000 nascimentos vivos em 2015. A mortalidade materna situa-se a 76 por 100.000 nascimentos vivos em 2015 contra 151,3 nascimentos vivos em 2005.

O sector terciário contribui mais para a criação de valor acrescentado, ou seja, 60% do PIB, contra 20% nos sectores primário e secundário, respectivamente. Por conseguinte, embora o sector terciário seja o principal empregador em São Tomé e Príncipe com 60% da população activa, este tem evoluído mais no mercado informal.

O Estado assegura uma grande parte das despesas de educação anualmente.

A despesa pública média na educação é amplamente superior as despesas médias das famílias em quase todos os níveis do ensino, com excepção do ensino primário. No entanto, no ensino primário a despesa das famílias é estimada em 270.000 Dbs contra 152.000 Dbs para as despesas públicas. Surge igualmente da análise que, o nível de consumo público é mais importante para a faixa dos 18-26 anos, e situa-se entre 3,5 e 4 milhões de Dbs.

Embora as despesas das famílias na educação nos ensinos secundário e superior sejam, por conseguinte, muito inferiores as despesas públicas, as despesas, por idade de cada indivíduo nas famílias são aproximadamente 90.000 Dbs em média no ensino superior e 375.000 Dbs no secundário.

De uma forma agregada,¹ a despesa total anual na educação é estimado a 211 mil milhões de Dbs, dos quais 90% é do sector público.

Em média, as despesas públicas na saúde são mais elevadas do que as despesas das famílias com a saúde.

Com efeito, a despesa pública média por idade de cada indivíduo (CGH) é superior as despesas das famílias (CFH) nos indivíduos de 0 aos 50 anos. Mas, para indivíduos com idades superiores aos 50 anos, as despesas das famílias são superiores das do Estado ou pública.

As despesas com a saúde das famílias são estimadas em 354.000 Dbs por cada indivíduo da faixa etária dos 0-50 anos, enquanto as despesas públicas na saúde estima-se em 1.050.000 Dbs em média por cada indivíduo da mesma faixa etária. Em contrapartida, esta tendência inverte-se na faixa etária dos 51 anos e mais,

¹ Despesas Agregada calcula-se multiplicando o valor médio das despesas pelo número total de cada indivíduos da mesma idade.

onde observa-se uma despesa das famílias de aproximadamente 1.010.000 Dbs contra uma despesa pública de 705.000 Dbs.

O nível de despesa pública mais elevado observa-se na faixa etária dos 15-49 anos. Esta corresponde igualmente à faixa etária das mulheres em idade fértil.

Em STP, durante todo o ciclo de vida, nota-se um predomínio do rendimento do auto-emprego sobre o rendimento salarial.

Com efeito, para todas as idades, o rendimento do auto-emprego é superior ao rendimento salarial e a amplitude entre os dois rendimentos é por vezes enorme. Nota-se por exemplo que, em média, para cada indivíduo de 30 anos, o rendimento do auto-emprego é aproximadamente (46.263.250 Dbs), o que representa 4 vezes do rendimento salarial (11.096.859 Dbs). Para os indivíduos de 50 anos, o rendimento do auto-emprego é aproximadamente (61.069.572 Dbs) que é 5 vezes superior ao rendimento salarial (12.203.812 Dbs).

Ao nível agregado, o rendimento salarial representa 17% do PIB enquanto o rendimento do auto-emprego é estimado a 79% do PIB. Cada indivíduo da faixa etária inferior aos 30 anos gera 36% do rendimento salarial, a faixa etária dos 30-64 anos gera 62%, e por último os indivíduos de 65 anos ou mais geram 2%. No que toca ao trabalho não salariado, nota-se que os trabalhadores independentes menores de 30 anos geram 32% do rendimento do auto-emprego, os da faixa etária entre 30 e 64 anos geram 64%, e os de mais de 64 anos, 4%.

Os jovens são altamente dependentes (45% do PIB)

Em São Tomé e Príncipe, o perfil do consumo (público e privado) e o perfil do rendimento do trabalho (rendimento assalariado e rendimento do auto-emprego) revelam uma forte demanda de jovens durante todo o ciclo de vida.

Em média, a família santomense é economicamente dependente desde o nascimento até aos 24 anos, assim como os maiores dos 67 anos. Mas, tem um excedente de rendimento entre 25 e 67 anos. Com efeito, um indivíduo de 0 e 24 anos ou de 64 anos e mais consome em média mais do que ganha do seu rendimento de trabalho. Em média, este défice agrava-se com a idade para a

faixa etária dos 64 anos ou mais. Em contrapartida, em média cada indivíduo da faixa etária dos 25-67 anos gera um excedente de rendimento de trabalho estimado em 22.071.720 Dbs. Com efeito, esta faixa etária consome menos do que ganha do seu rendimento de trabalho. O rendimento mais alto é observado nos indivíduos dos 51 anos, aproximadamente 32.926.884 Dbs.

A semelhança do que se observa ao nível familiar, os indivíduos de 25-67 anos, ao nível do agregado, têm um excesso de rendimento de trabalho. O excedente acumulado de rendimento de trabalho que estas pessoas obtêm ascende a 1354,41 mil milhões, e representa 27% do PIB. Este nível de excedente de rendimento de trabalho é inferior a soma dos défices de rendimento de trabalho na juventude e na velhice. Assim, ao nível nacional, o país regista um défice global que é estimado em 1022,95 mil milhões, ou seja, 20,2% do PIB.

Embora a percentagem dos homens (49,7%) seja menor do que as mulheres (50,3%), elas são economicamente dependentes em quase todo ciclo de vida.

Em São Tomé e Príncipe, a taxa de desemprego é duas vezes mais elevada nas mulheres do que nos homens (19,7% contra 9,3%).

O rendimento do trabalho durante todo o ciclo de vida é relativamente mais elevado para um homem do que para uma mulher. No mercado do emprego, as mulheres detêm apenas 31% contra 69% para os homens.

Ressalta igualmente que, o rendimento médio mais elevado nas mulheres (56 304.238 DBS) é obtido na idade média de 49 anos, enquanto que nos homens, este rendimento máximo de 100.264.905 DBS (2 vezes superior ao das mulheres) é obtido na idade média de 39 anos.

Além disso, os resultados revelam que os homens são dependentes até aos 22 anos, enquanto as mulheres o são até aos 35 anos.

Neste quadro, a pobreza é também muito elevada nas mulheres, atingindo 71,3% contra 63,4% nos homens (IOF-2010).

Até aos 77 anos, os homens continuam a obter um excedente de rendimento de trabalho enquanto que as mulheres se tornam dependentes a partir dos 58 anos.

O excedente de rendimento médio de trabalho produzido pelas mulheres (36 – 58 anos) estima-se em 9 milhões DBS; o défice dos homens (22 anos – 76 anos) é avaliado em 39 milhões DBS, ou seja, 4 vezes mais elevado. Os défices médios nas jovens e nos jovens são similares e rondam 20 milhões de DBS; enquanto que, o défice médio na velhice por parte das mulheres é 1,5 vezes superior ao dos homens.

Ao nível agregado, o excedente de rendimento de trabalho das mulheres (36 - 58 anos) é estimado em 136 mil milhões DBS; contra 1475 mil milhões DBS para os homens (22 anos - 76 anos) ou seja 11 vezes mais. A demanda social das mulheres é avaliada em 1 147 mil milhões DBS, o que traduz um fraco nível de autonomização da mulher e das jovens raparigas.

Os resultados demonstram grande disparidade segundo o meio de residência.

Em São Tomé e Príncipe, a noção de meio de residência é delimitada diferentemente em relação a outros países. Com efeito, e tendo em conta o número limitado de distritos e a ausência de critérios suportáveis para classificá-los por meio, certas hipóteses, frequentemente discutíveis, são tomadas no plano estatístico a fim de ter zonas urbanas e rurais.

Os resultados mostram que a despesa média é idêntica para qualquer que seja o meio de residência durante todo o ciclo de vida. Esta situação deve-se, pela pequena dimensão do país, caracterizado por um mercado muito pouco diversificado. O nível médio das despesas de consumo mantem-se em 40 milhões de DBS aproximadamente nos dois meios de residência, entre a faixa dos 21 a 90 anos, embora haja uma diminuição significativa de 40 a 19 milhões para faixa etária dos 0 a 20 anos

A distribuição do rendimento de trabalho, de acordo com o meio de residência demonstra que, o nível de rendimento do trabalho é ligeiramente mais elevado no meio urbano do que no rural, excepto na faixa etária dos 56 – 70 anos, onde

acontece o inverso. Em média, o rendimento mais alto no meio rural (69 milhões DBS) é obtido aos 53 anos. No meio urbano, o rendimento mais alto é de 77 milhões DBS que é obtido aos 48 anos.

Ao nível agregado, observa-se que as despesas do consumo bem como o rendimento do trabalho são muito mais elevados no meio urbano (65,4% e 68,3% respectivamente, de consumo total e do rendimento total). Para os indivíduos menores dos 30 anos, as despesas do consumo variam entre 60 e 95 mil milhões DBS no meio urbano, enquanto no meio rural, varia entre 32 e 52 mil milhões DBS para a mesma idade.

Os indivíduos residentes do meio rural atingem o pico do rendimento de trabalho aos 30 anos, aproximadamente 50 mil milhões de DBS, enquanto que o estimado no meio urbano para a mesma idade, é de 118 mil milhões de DBS ou seja, 2,4 vezes superior.

Relativamente ao nível individual, os dados revelam que um indivíduo do meio urbano é dependente até a idade de 24 anos, enquanto que, o do meio rural consegue cobrir as suas despesas de consumo através do seu rendimento do trabalho dois anos depois. Até aos 68 anos, os indivíduos do meio rural continuam a ter excedente de rendimento, enquanto que o indivíduo do meio urbano é dependente a partir dos 67 anos (um ano antes).

A demanda social no meio rural é avaliada em 497 mil milhões DBS, o que representa 48% da demanda nacional contra 52% para o meio urbano.

Em STP a abertura da janela de oportunidade demográfica deu-se em 1994.

O rácio de sustentabilidade económica evidencia a relação entre a estrutura da população e o crescimento económico. Este suporte exige e impõe medidas de política efectivas e reformas económicas adequadas para o crescimento da produtividade, adequação da formação ao emprego, promoção da eficiência do sistema de saúde e sustentabilidade para coesão social.

Desde 1994, constata-se uma tendência crescente do rácio de sustentabilidade económica (RSE), que passou de 43% a 50% em 2016, ou seja, um produtor efectivo por dois consumidores efectivos.

A abertura da janela de oportunidade demográfica, mostra a existência de um potencial do qual o país deveria aproveitar para ter um maior crescimento económico.

Se todas as variáveis mantiverem constantes, a sustentabilidade económica poderá prosseguir com uma tendência crescente de 2015 a 2050, em que atingirá a sua situação óptima. Esta evolução não está estagnada e dependerá fortemente das medidas de políticas implementadas em matéria de governação, investimentos sobre o capital humano (educação, saúde), de emprego (investimentos e flexibilidade do mercado do trabalho) e no planeamento familiar.

Os resultados das diferentes projecções dos dados da população santomense suscitam a elaboração e implementação de políticas de desenvolvimento que integrem a população.

Com base nos cenários seguintes:

- ❖ **Um cenário de referência: taxa de fecundidade mediana (cenário 0)** neste cenário a estrutura da população projectada no horizonte 2050 com base na taxa de fecundidade mediana sem propostas de medidas de políticas para efeito.
- ❖ **Um cenário com projecção da população com uma taxa de fecundidade elevada (cenário 1):** neste cenário, supõe-se que o número de filhos por mulher é na ordem de 6 ou mais. O que altera a estrutura etária da população por nascimentos. Rapidamente observa-se o contributo desta nova estrutura etária da população no crescimento económico.

- ❖ **Um cenário com projecção da população com taxas de fecundidade fraca (cenário 2):** neste cenário, supõe-se que o número de filhos por mulher é de dois ou menos.

Os resultados das diferentes projecções mostram que:

Com base nos três cenários, a população de São Tomé e Príncipe aumenta continuamente. Contudo, nota-se que a evolução do crescimento da população manter-se-á, com as mesmas tendências até o ano 2020. É a partir de 2021 que se observa a influência de cada cenário nesta tendência.

A população de São Tomé e Príncipe está em nítida progressão, com uma estimativa de 400 mil habitantes em 2050, com a hipótese de uma taxa de fecundidade elevada.

No cenário 1 - taxa de fecundidade elevada (DD_High_TFR) – o dividendo demográfico reduz-se continuamente antes de convergir em 2050 a 30 trabalhadores efectivos por 100 são-tomenses. Também, se as despesas na saúde e educação actual continuarem inalteradas nos próximos anos, a estrutura por idade da população sob a hipótese de forte fecundidade não poderá criar riqueza em benefício do país.

Por conseguinte, os montantes para a melhoria do capital humano aumentarão. Além disso, no cenário 2 com a hipótese de taxas de fecundidade fraca (DD_low_TFR) fornece uma projecção do dividendo demográfico em aumento nos próximos anos antes de convergir em 2050 a 30 trabalhadores efectivos para 100 consumidores.

I. APRESENTAÇÃO DO CONTEXTO PAÍS

I.1. Situação demográfica

A República Democrática de São Tomé e Príncipe é um arquipélago no meio do Golfo da Guiné, constituído por duas ilhas principais, vulcânicas e montanhosas, e situado sob o Equador, cerca de 300 Km ao oeste do Gabão, na África Central. É um dos países mais pequenos da África, com uma superfície de 1 001 km².

De acordo com os dados oficiais do Instituto Nacional de Estatística (INE), a população total do país estaria, em 2015, a 189 819 habitantes, dos quais ligeiramente mais de 50% são mulheres, e os menos de 25 anos representam quase 62%. A taxa de crescimento natural da população era de 2,04% em 2014.

I.2. Economia

A economia são-tomense, a semelhança dos pequenos Estados insulares em desenvolvimento (PEID), é fortemente ameaçada pela situação insular do país, sua fragilidade, pela limitação dos recursos e fraqueza da capacidade de absorção. Resulta uma extrema vulnerabilidade aos choques exógenos e uma forte dependência da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) que financia mais de 90% das despesas de investimento (em média, 93,6% no período 2012-2015).

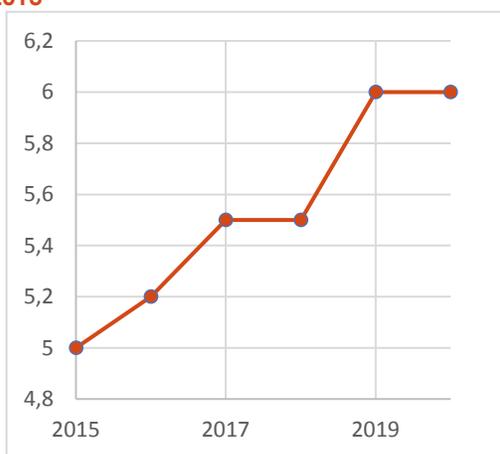
O sector terciário, largamente informal, representa quase 60% do PIB, e o emprego 60% da população activa, enquanto que os sectores primário e secundário contribuem cada um, com até 20% do PIB, de acordo com os dados mais recentes.

A APD apresenta uma oscilação relativamente desequilibrada de 2010 a 2011, o país recebeu um total de APD estimada em 72,4 milhões de dólares.

Após uma baixa em 2012, o nível aumentou ligeiramente, passando assim a 52 milhões de dólares em 2013, depois recaiu ao seu mais baixo nível a 38,6 milhões de dólares em 2014.

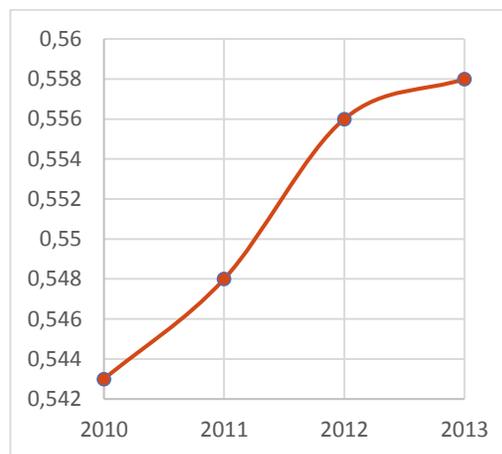
Gráfico 1: Evolução da APD entre 2015-2020

2013



Fonte: UNDAF

Gráfico 2: Evolução do índice de Desenvolvimento Humano (IDH) 2010-



Fonte: UNDAF

Ao nível do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), São Tomé e Príncipe está classificado no 143º entre 187 países. É necessário notar que o IDH evoluiu de maneira positiva com uma taxa de variação média anual de 0,68%. Em termos de ambiente dos negócios, o país situa-se na 166º lugar, dos 183 países de acordo com o *Doing Business* 2016. De acordo com o Banco Mundial, São Tomé e Príncipe dispõe de um Produto Interno Bruto per-capita na ordem dos US\$ 1410, que o classifica no grupo dos países de rendimento intermédio.

O País conheceu uma tendência positiva no seu crescimento económico com uma taxa média de evolução do PIB de 4% no período de 2010 a 2014. De acordo com as projecções do FMI, o PIB vai oscilar entre 5% e 9% entre o período de 2015 a 2020.

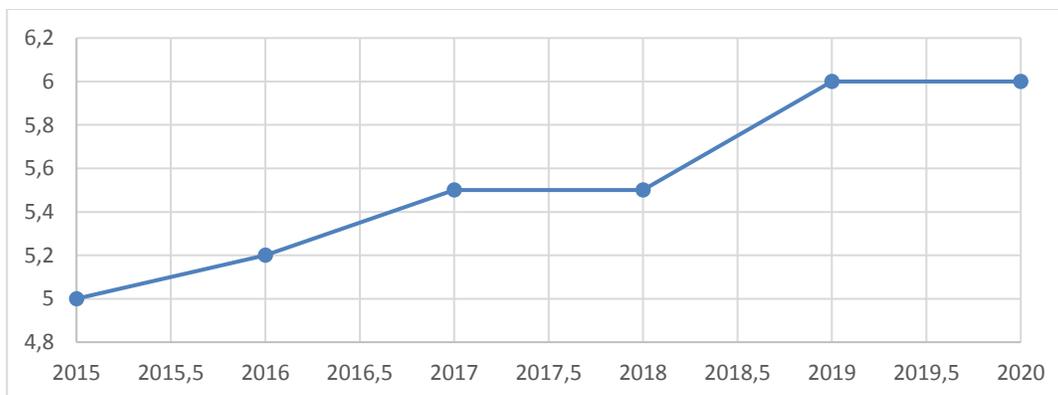
São Tomé e Príncipe registou alguns progressos em matéria de indicadores de desenvolvimento humano (IDH), mas a sua vulnerabilidade em relação

aos choques externos, a sua pesada dependência à ajuda pública ao desenvolvimento e a fragilidade estrutural do seu tecido económico, constitui ameaças sérias para o seu estatuto de país de rendimento intermédio.

No intuito de tomar medidas face a estes riscos ao desenvolvimento, dos quais faz face a RDSTP, o governo juntou-se em 2014 ao g7+, uma associação dos “Estados frágeis”, assim designados e em transição para a próxima etapa de desenvolvimento. A associação aprovou um “Novo acordo para o compromisso nos Estados frágeis” tendente a construir uma nação pacífica e pôr fim a pobreza.

De acordo com o 3º Relatório Nacional dos Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento, o país atingiu pelo menos três dos oito OMD, nomeadamente: (1) a Educação Primária Universal com uma taxa líquida de escolarização de 98% em 2015 contra 80% em 1990; (2) mortalidade infantil que se situa à 38 para 1000 nados-vivos em 2015 contra 89 por 1.000 nados-vivos em 1990, e (3) a mortalidade materna ronda os 76 por 100.000 nados-vivos em 2015 contra 151,3 nascimentos vivos em 2005.

Boas tendências apresentam-se igualmente para o OMD 6 com uma predominância de VIH/sida de 0,5% em 2015 contra 1,5% em 2009, bem como 0 óbito devido ao paludismo em 2014 na ilha de São Tomé enquanto que a ilha do Príncipe está na fase de erradicação.

Gráfico 3: Projecção da taxa de crescimento do PIB 2015-2020

Fonte: WEO- IMF 2015

I.3. Pobreza e Mercado do trabalho

O estudo sobre o perfil da pobreza, (inquérito ao Orçamento Familiar IOF) realizado em 2010 pelo PNUD e Instituto Nacional de Estatística indica que 66,2% da população vive abaixo do limiar de pobreza, com ligeiramente mais de 15% que vivem na extrema na pobreza. A pobreza afecta sobretudo as mulheres (mais de 70%) e as populações rurais, provocando uma forte migração urbana.

São Tomé e Príncipe dispõe de um sistema de segurança social bem estruturado que cobre os funcionários públicos assalariados do sector privado e os trabalhadores independentes. Fornece diversas prestações de saúde, educação e de assistência social garantidos pelas receitas fiscais. Introduzido em 2004, este sistema faz face a um desafio essencial de sustentabilidade devido as incertezas em torno do seu financiamento, tanto do lado público como do lado das empresas privadas.

São Tomé e Príncipe deve ainda melhorar o seu código de trabalho para adapta-lo às exigências de um mercado de trabalho mais flexível de um mundo em permanente mutação tecnológica. O país tem também necessidade de oferecer melhores garantias e mais celeridade na resolução dos conflitos de trabalho. O país precisa igualmente, criar quadros regulamentares para proteger melhor e lutar contra o trabalho infantil.

I.4. Situação de género em São Tomé

As questões de género ocupam um lugar específico nos planos e estratégias de desenvolvimento, incluindo a segunda Estratégia Nacional para a Redução da Pobreza (ENPRP II) para o período 2012 - 2016. Contudo, desde 2007, o Governo adoptou uma Estratégia Nacional para a Igualdade e Equidade do Género (ENIEG) e criou um Instituto Nacional para a Promoção da Igualdade e Equidade do Género (INPG) a fim de implementar a referida Estratégia.

Contudo, os objectivos, resultados e grupos alvos anunciados não encontram uma tradução nas medidas de políticas e programas concretos com o propósito de aliviar os desequilíbrios entre os sexos. Um pouco mais de 50% da população é feminina, um terço de todas as famílias é dirigido por mulheres, mães solteiras ou mulher que vive com um cônjuge em “união livre”.

Apesar da participação das mulheres no Parlamento, no Governo, nas missões diplomáticas, instâncias de decisão dos partidos políticos, o número de mulheres chefes de empresas permanece marginal em relação ao seu peso na população, aos seus níveis de escolaridade e sua contribuição para a economia.

Em matéria de emprego, a taxa de desemprego nacional situa-se a 13,6%, mas nas mulheres, a taxa é de 19,7%, enquanto que esta é 9,3% para os

homens, de acordo com o recenseamento da população e habitação de 2012. As mulheres constituem a maioria dos agentes da economia informal, são, por conseguinte, mais expostas aos empregos precários de fraca remuneração e sem protecção social.

II. Aplicações e Resultados

II.1 Dependência económica e social

O objectivo das contas de transferências nacionais (NTA) é medir ao nível agregado, como em cada idade, adquire-se e utiliza-se os recursos económicos. O estudo é fundamentado em grande parte por uma característica fundamental de todas as sociedades humanas que é o ciclo de vida económico, nomeadamente, a insuficiência entre as necessidades materiais e a capacidade de satisfazê-las.

O ciclo de vida é quantificado em NTA, comparando as despesas de consumo e os rendimentos do trabalho.

Os jovens e os idosos têm um défice do ciclo de vida porque produzem menos através do seu trabalho do que daquilo que consomem.

Os adultos, na idade activa, têm um excedente do ciclo de vida porque em média produzem mais através do seu trabalho do que consomem (Lee, Lee, e Mason 2008; Mason, Lee, Tung, Lai e Miller).

O ciclo de vida económico reflecte numerosos factores comportamentais e biológicos que influenciam a relação entre a idade, por um lado, o consumo e o rendimento do trabalho, por outro lado. O rendimento médio do trabalho em cada idade depende das horas trabalhadas, devido ao

perfil de idade dos assalariados e de numerosos factores socioeconómicos e culturais.

Ao nível agregado, o ciclo de vida económico reflecte igualmente a estrutura por idade da população. Nas populações jovens, o ciclo de vida económico global é dominado por um grande défice do ciclo de vida devido, em grande parte, às necessidades de recursos económicos da infância e da juventude.

A título ilustrativo, pode-se considerar a definição do défice do ciclo de vida (LCD) para indivíduos de idade (a) como a diferença entre o seu consumo C (a) e o rendimento do seu trabalho Yl (a).

Permite analisar as necessidades de consumo a satisfazerem à cada idade respeitando o nível dos agregados de consumo e rendimento do trabalho das contas nacionais.

O LCD da idade (a) mede a demanda total de redistribuições dos indivíduos de idade (a). Um LCD (a) >0 indica um excedente de consumo que necessita de redistribuições que provêm de outros grupos de idade com um excedente de rendimento.

$$LCD(a) = C(a) - Y'(a)$$

Inspirando-se dos trabalhos da rede NTA representada na África francófona pelo CREFAT, é possível avaliar o consumo, os rendimentos do trabalho e o défice de ciclo de vida de acordo com as faixas etárias em São Tomé. Os perfis para São Tomé foram elaborados com base nos dados oficiais do Inquérito aos orçamentos familiar (IOF-2010).

II.1.1 Perfil de despesa de consumo

As despesas de consumo têm três componentes principais: educação, saúde e outros. Cada componente tem duas partes, uma parte pública e uma outra privada. A parte pública é constituída pelas despesas do Estado, e a parte privada, pelas despesas das famílias.

a) Despesas de Consumo na educação

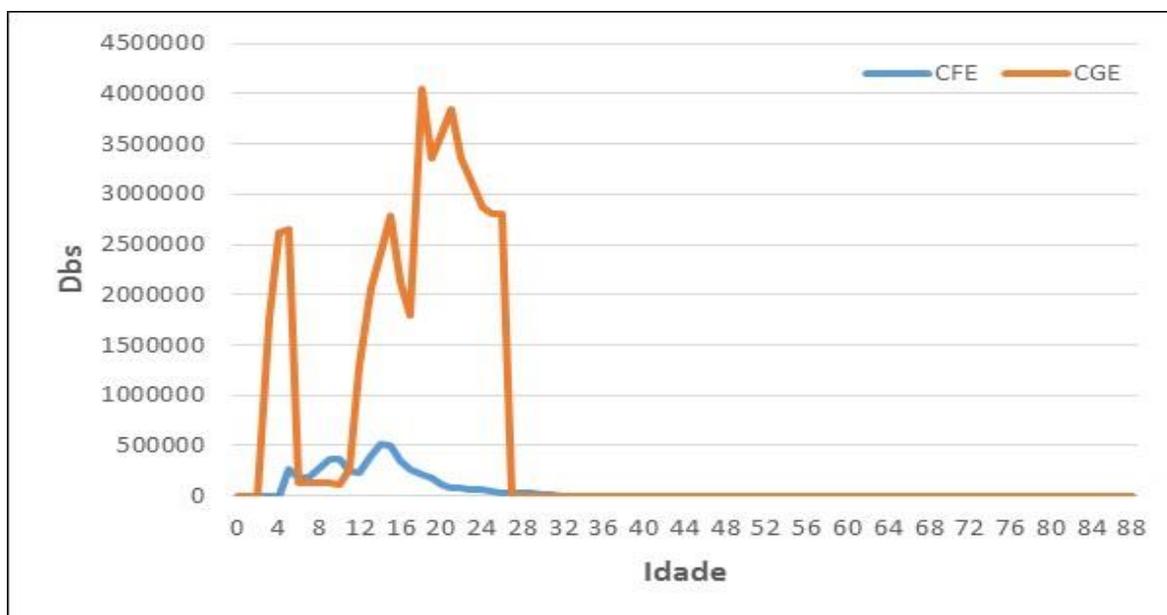
Na metodologia das contas NTA, o consumo privado de educação (CFE) é medido utilizando os dados de inquérito sobre as despesas de escolaridade, livros e materiais escolares, bem como qualquer outro tipo de despesa de

educação para todos os ciclos de ensino (pré-escolar, primário, secundário e superior).

O perfil das despesas do consumo público de educação (CGE) é construído a partir dos documentos administrativos dos ministérios tutelam a educação e formação profissional, os anuários estatísticos da educação, os elementos do orçamento e das contas nacionais.

Os perfil médio públicos e privado das despesas de consumo na educação de São Tomé e Príncipe (STP) demonstram que o Estado assume uma grande parte das despesas de educação dos estudantes. Com efeito, como pode-se ver no gráfico abaixo, a despesa de consumo médio público na educação é largamente superior a despesa de consumo privado para todos os subsectores do ensino, com excepção do primário.

Gráfico 4: Perfil médio de consumo público e privado de educação



Fonte: Cálculos NTA a partir dos dados do inquérito IOF 2010, CREFAT 2015.

O nível das despesas de consumo público na educação é mais significativo para a faixa etária dos 18-26 anos, e situa-se entre 3,5 e 4 milhões de Dbs. Tal

é devido por um lado, ao facto de que a grande parte de pessoas neste grupo de idade frequenta o ensino universitário e, por outro lado, são concedidas bolsas de estudo pelo Estado a numerosos estudantes que prosseguem o seu ciclo superior, tanto em STP assim como no estrangeiro.

Com efeito, a maioria dos estudantes universitários é formada no estrangeiro com bolsas de estudos. Nota-se para o ensino primário, que as despesas públicas na faixa dos 6-11 anos são baixas comparativamente ao ensino pré-escolar. Com efeito, as despesas públicas são estimadas em 2,35 milhões de Dbs em média por indivíduo para o pré-escolar, ao passo que ascende apenas 150 000 Dbs para o primário.

Este largo desvio das despesas entre o pré-escolar e o primário é excepcional porque está ligado aos numerosos investimentos efectuados no pré-escolar pelo Estado durante o ano 2012 (construção de escola Pré-escolar na vila de Bom-Bom por exemplo), então o ensino primário beneficiou muito pouco.

Do lado das famílias, as despesas privadas por idade ascendem quase 90 000 Dbs em média no ensino superior, e 375 000 Dbs no ensino secundário. Estes custos privados gerados pela educação no secundário e no superior são por conseguinte muito inferiores ao consumo público observado nestes mesmos subsectores do ensino. É apenas no ensino primário que o consumo privado (estimado em 270 000 Dbs) domina o consumo público (152 000 Dbs).

Para o ensino Pré-escolar, os dados do IOF não permitem captar o consumo privado de educação porque a vertente educação do inquérito refere-se aos indivíduos de 5 anos e mais.

Na escala agregada, a despesa total na educação é estimado em 211 mil milhões de Dbs, dos quais 90% são públicos.

b) Despesas de Consumo na saúde

O sistema de saúde em São Tomé e Príncipe é baseado no princípio de cuidados primários de saúde e de tipo piramidal. O serviço é fornecido essencialmente pelo sector público e é praticamente gratuito. A contribuição dos utilizadores é negligenciável em relação aos custos do sector, para as pessoas até aos 50 anos. É o que revela os perfis privado e público de despesas de consumo na saúde, apresentados no gráfico abaixo.

Com efeito, a despesa de consumo público médio por idade (CGH) é predominante, em comparação com a despesa do consumo privado (CFH) nos indivíduos de 0 a 50 anos. Mas, para além de 50 anos, os indivíduos gastam mais do que o Estado para a sua saúde. As despesas na saúde das famílias são estimadas em 354 000 Dbs por idade para o grupo de 0-50 anos, enquanto o consumo público ascende 1 050 000 Dbs em média por idade para o mesmo grupo de idade.

Em contrapartida, esta tendência inverte-se para a faixa etária dos 51 anos e mais, para a qual observa-se uma despesa do consumo privado de 1.010.000 Dbs contra uma despesa do consumo público de 705 000 Dbs.

O nível da despesa de consumo público mais elevado é observado na faixa etária dos 15-49 anos.

Esta corresponde igualmente à faixa etária das mulheres em idade de procriar. E é precisamente devido a estas últimas que as despesas públicas na saúde são elevadas nesta faixa etária. Com efeito, em STP, a saúde reprodutiva é gratuita e inteiramente suportada pelo Estado.

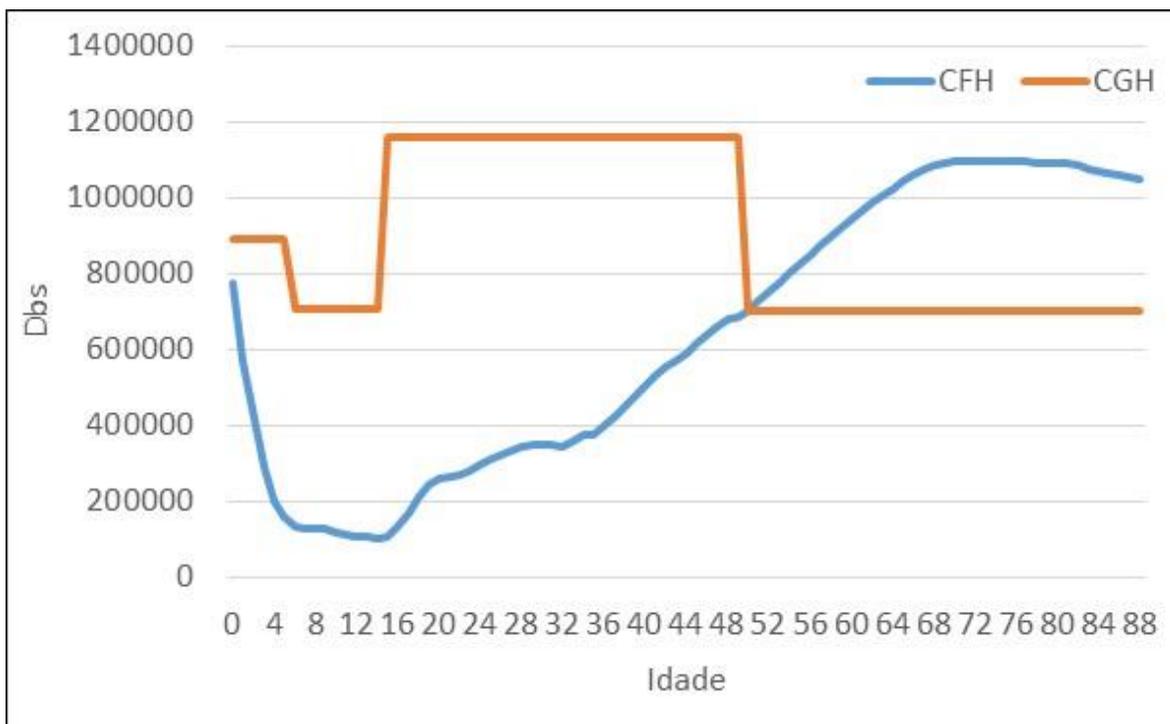
Agrupa as seguintes componentes que são implementadas pelo Programa de Saúde Reprodutiva (PSR):

- ❖ Maternidade com menor risco: acompanhamento da gravidez normal e de risco, do parto e do pós-parto, promoção do aleitamento

materno, prevenção dos abortos e tratamento das complicações e planificação familiar)

- ❖ Afeições do aparelho genital-urinário: Anomalias funcionais, prevenção e tratamento das IST/VIH/SIDA, da infertilidade, da transmissão do VIH da mãe à criança, do cancro do seio e do colo do útero, da sexualidade e dos cuidados da menopausa.
- ❖ Violências baseadas no género
- ❖ A saúde dos adolescentes e jovens (SAJ) com as vertentes de prevenção das gravidezes não desejadas e das gravidezes precoces, contraceção, prevenção dos abortos e gestão das complicações, prevenção e gestão das IST/VIH/SIDA, prevenção do abuso do álcool, do tabaco e das drogas, sexualidade, paternidade e maternidade responsável, violências baseadas no género
- ❖ A saúde das crianças com as vertentes: cuidados neonatais, promoção do aleitamento materno, prevenção da infecção pelo VIH, desenvolvimento, crescimento e recuperação nutritiva, imunização, gestão integrada das doenças infantis,
- ❖ saúde dos homens com as vertentes: prevenção e gestão das IST/VIH/SIDA, prevenção e gestão da infertilidade, afeições do aparelho genital-urinário, planificação familiar, sexualidade e cuidados da andropausa, paternidade responsável, violências baseadas no género
- ❖ As componentes transversais: a comunicação para a mudança de comportamento de SR, a gestão e a organização dos serviços, a investigação e a parceria.

Gráfico 5: Perfil médio de consumo público e privado de saúde



Fonte: Cálculos NTA a partir dos dados do IOF 2010, CREFAT 2015

A saúde de cada criança entre 0 e 5 anos custa em média 404.000 Dbs para as famílias e 890.000 Dbs para o Estado. Mas ao nível agregado, as famílias gastam para a saúde de cada uma criança de 0 ano, cerca de 4,5 mil milhões Dbs, e estas despesas diminuem aos 15 anos atingindo valores entre 500 milhões e 1 mil milhão, para cada indivíduo entre 10 e 60 anos.

A despesa do consumo privado agregado para as pessoas de mais de 60 anos é pouco significativa com um nível que se situa abaixo dos 500 milhões de Dbs (ver gráfico do perfil agregado em anexo).

A despesa do consumo público agregado apresenta quase a mesma tendência que a despesa do consumo privado agregado. O nível de despesas públicas é mais elevado para as crianças de 0 ano (5 mil milhões), seguidamente diminui com a idade e torna-se insignificante nos idosos (menos de 300 milhões em média por idade). As despesas acumuladas do

consumo público agregado na saúde dos indivíduos de todas as idades estimam-se em 171,53 mil milhões Dbs e representam 73% das despesas do consumo total agregado na saúde.

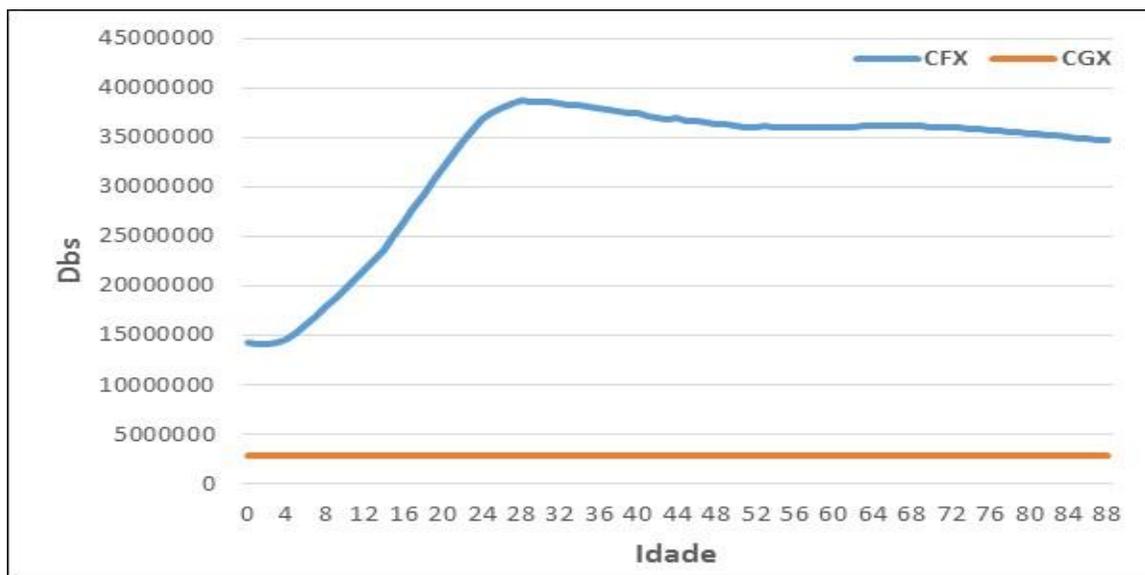
c) Outras Despesas de Consumo

Devido as escalas de equivalência utilizadas, a despesa do consumo privado, em outros sectores que não seja na saúde e na educação (CFX) cresce com a idade até aos 19 anos; mas a partir dos 20 anos, toma uma tendência estacionária.

Em contrapartida, a despesas de consumo público de outros sectores para além da saúde e da educação (CGX) é constante em todas as idades. O gráfico seguinte mostra que o nível de outras despesas de consumo privado ou das famílias é superior a outras despesas de consumo público.

Com efeito, com 32 milhões de Dbs em média por idade, outras despesas de consumo privado representam 92% do conjunto das outras despesas de consumo (privados ou famílias +s públicos ou estado), e 97% do conjunto das despesas de consumo privado. As outras despesas do consumo público são estimadas em 2.874.000 Dbs e representam 67% do conjunto das despesas do consumo público.

Agregadamente, as outras despesas de consumo privado são estimadas em 4 950,44 mil milhões Dbs, representando mais de 98% do total das outras despesas de consumo (privados + públicos).

Gráfico 6: Perfil médio de outras despesas de consumos público e privado

Fonte: Cálculos NTA a partir dos dados do IOF 2010, CREFAT 2015.

II.1.2 Perfil de rendimento do trabalho

O rendimento do trabalho é uma estimativa do valor do mercado resultante da mão-de-obra média d indivíduo em cada grupo de idade. A metodologia NTA decompõe o rendimento do trabalho em rendimento salarial (YLE) e rendimento do auto-emprego (YLS).

O rendimento salarial é composto do salário, das indemnizações, das contribuições do empregador aos programas de prestações públicas (por exemplo, as pensões e os cuidados de saúde).

O rendimento do auto-emprego é a remuneração ligada ao auto emprego. As taxas sobre os produtos e a produção (impostos indirectos) pagas pelo trabalho são incluídas no rendimento do trabalho. O gráfico seguinte apresenta o perfil médio das duas categorias de rendimento do trabalho de acordo a cada idade.

Gráfico 7: Perfil médio do rendimento salarial e do auto-emprego

Fonte: Cálculos NTA a partir dos dados do IOF 2010, CREFAT 2015.

Observa-se por um lado que o perfil médio do rendimento do trabalho salarial e do auto-emprego apresenta a forma de um sino. Com efeito, os dois tipos de rendimento do trabalho aumentam com a idade até um certo limite e reduz-se até aos 90 anos. Os rendimentos salariais evoluem positivamente entre 765 000 Dbs e 13 065 000 Dbs para os indivíduos cuja idade varia entre 15 e 44 anos.

A partir dos 45 anos, os rendimentos salariais reduzem-se progressivamente. Do mesmo modo, os rendimentos extra salariais aumentam em função da idade entre 2 600 000 Dbs e 61 250 000 Dbs para os indivíduos de 15 a 51 anos. Para além dos 51 anos, os rendimentos dos auto-empregos começam a reduzir.

Por outro lado, nota-se uma predominância do rendimento do auto-emprego sobre o rendimento salarial. O rendimento do auto-emprego é sempre superior ao rendimento salarial. O desvio entre os dois rendimentos é por vezes enorme. Nota-se por exemplo que, para os indivíduos de 30 anos, o rendimento do auto-emprego (46 263 250 Dbs) representa 4 vezes o

rendimento salarial (11 096 859 Dbs). Para as pessoas de 50 anos, o rendimento do auto-emprego (61 069 572 Dbs) é 5 vezes superior ao rendimento salarial (12 203 812 Dbs).

Para os indivíduos menores de 15 anos, o rendimento do trabalho é inexistente porque a vertente emprego do IOF refere-se apenas às pessoas de 15 anos ou mais.

Ao nível agregado, o rendimento salarial representa 17% do PIB enquanto que o rendimento do auto-emprego é estimado a 79% do PIB. Os assalariados de menos de 30 anos geram 36% do rendimento salarial, os de 30-64 anos geram 62%, e por último os indivíduos de 65 anos ou mais geram apenas 2%.

No que toca ao trabalho não assalariado, nota-se que os trabalhadores independentes menores de 30 anos geram 32% do rendimento do auto-emprego, dos quais, os da idade compreendida entre 30 e 64 anos geram 64%, e os indivíduos com mais de 64 anos, 4% (ver gráfico dos perfis agregados em anexo).

II.1.3 Défice do ciclo

A fusão dos três tipos de despesas consumo (educação, saúde e outros sectores) dá o perfil de despesa de consumo. Do mesmo modo, a partir da fusão das duas categorias de rendimentos (salariais e de auto-emprego), obtém-se o perfil do rendimento do trabalho.

Os dois gráficos seguintes realçam o perfil médio das despesas de consumo e o rendimento do trabalho para o primeiro, o perfil agregado no segundo. Permitem pôr em epígrafe as partes do ciclo de vida onde o consumo é superior ou inferior ao rendimento do trabalho. Por outras palavras, permite analisar os défices (despesas de consumo superior ao rendimento de

trabalho) e os excedentes (despesas de consumo inferior ao rendimento de trabalho) das receitas ao longo do ciclo de vida.

a) Déficit médio do ciclo de vida

A análise do gráfico 8 a seguir mostra que em média, a população santomense é economicamente dependente desde do nascimento até aos 24 anos e os maiores de 67 anos. Mas têm um excedente de receita dos 25 a 67 anos.

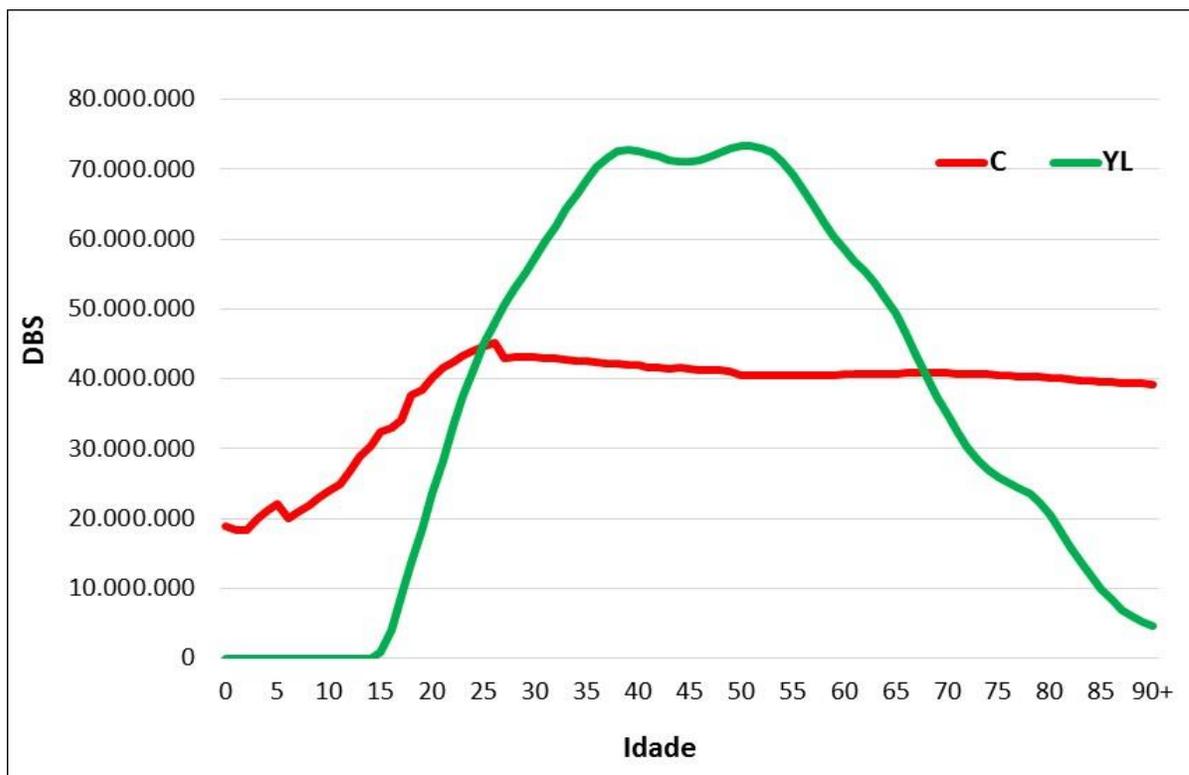
Com efeito, como mostra o gráfico, em média um indivíduo consome mais do que ganha do seu rendimento de trabalho quando a sua idade varia entre 0 aos 24 anos. Este indivíduo regista um déficit de receita em média de 20 657 593 Dbs. Nesta faixa etária (0-24 anos), o déficit é mais elevado nas pessoas cuja idade oscila entre os 16 aos 20 anos (ver o gráfico do déficit do ciclo de vida em anexo).

Isto está certamente ligado às despesas na educação destes indivíduos cuja maior parte está no ensino superior.

Do mesmo modo, para as pessoas idosas com mais de 67 anos, o seu consumo excede o seu rendimento do trabalho. Estas pessoas registam um déficit médio de 19 597 517 Dbs. Para este grupo etário, o déficit médio aumenta com a idade. Isto mostra que, uma vez na reforma, as pessoas idosas empobrecem mais, a medida que a sua idade avança.

Em contrapartida, os indivíduos da faixa etária dos 25-67 anos têm um excedente de receita uma vez que consomem menos do que ganham através do seu trabalho. O excesso gerado é aproximadamente 22 071 720 Dbs em média por indivíduo. O excedente máximo é observado nas pessoas de 51 anos e é estimado em 32 926 884 Dbs.

Gráfico 8: Perfil médio de consumo e rendimento do trabalho



Fonte: Cálculos NTA a partir dos dados do IOF 2010, CREFAT 2015.

b) Défice agregado do ciclo de vida

Tomando em conta a estrutura da população, observa-se que o nível do défice é muito elevado na juventude (0-24 anos) mas negligenciável na velhice (68 anos ou mais). Com efeito, o gráfico abaixo mostra que, entre 0 e 24 anos, a despesa de consumo agregado situa-se acima do rendimento agregado. Assim a soma da despesa de consumo agregado dos indivíduos de 0-24 anos excede o valor acumulado do rendimento agregado de 2 297,53 mil milhões de Dbs.

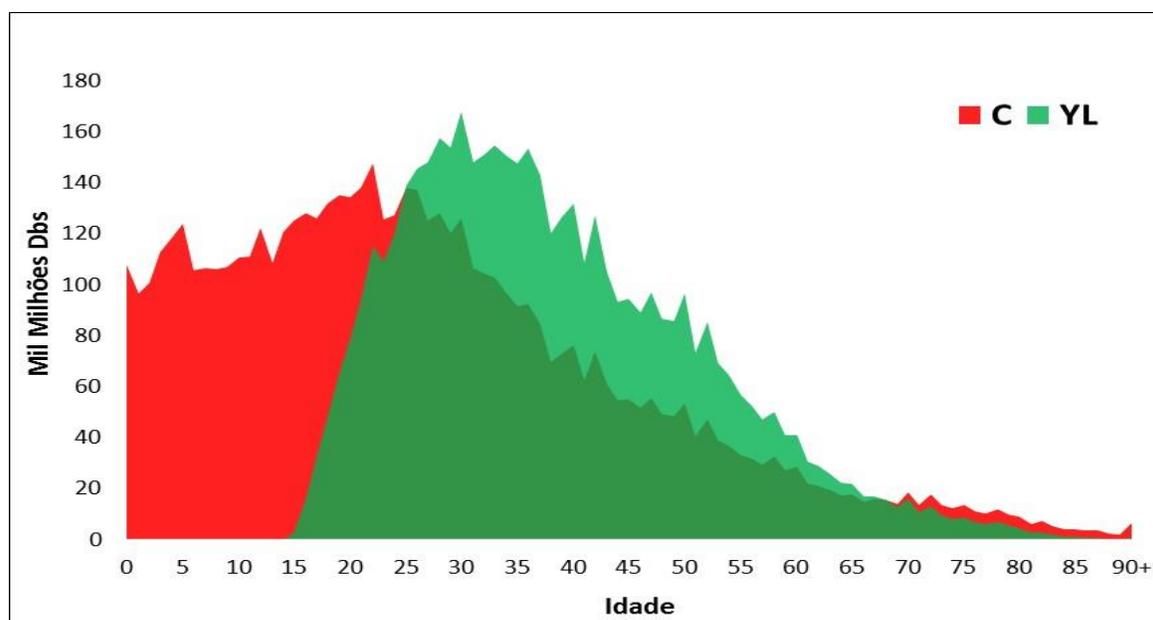
Por outras palavras, este montante é o valor da demanda social ou do défice na juventude, e representa 45% do PIB. Além disso, o perfil agregado do défice (apresentado em anexo) mostra que o défice aproxima-se dos 108 mil milhões, seguidamente aumenta até o nível mais elevado de 122,32 mil milhões em torno dos 15 anos.

As pessoas com mais de 67 anos acumulam ao seu nível um défice relativamente fraco e são estimados em 79,82 mil milhões de Dbs, representando 2% do PIB.

Por outro lado, as pessoas do grupo etário dos 25 a 67 anos têm um excedente a nível agregado de aproximadamente 1354,41 mil milhões, o que representa 27% do PIB.

Este nível de excedente é inferior ao conjunto dos défices na juventude e na velhice. Assim, à escala nacional, o país regista um défice global que é estimado em 1 022,95 mil milhões, ou seja 20,2% do PIB.

Gráfico 9: Perfil agregado de consumo e rendimento do trabalho



Fonte: Cálculos NTA a partir dos dados do IOF 2010, CREFAT 2015.

II.2 Género e o Dividendo Demográfico

De acordo ao último RGPH de 2012 em São Tomé e Príncipe, a população era de aproximadamente 178 739 habitantes dos quais, 49,7% são homens e 50,3% mulheres. Estes últimos ocupam 41,1% da população activa e 38,2%

da população ocupada. Contudo, menos de 30% delas estão empregadas contra 43% dos homens.

Em São Tomé, a taxa de desemprego é duas vezes mais elevada nas mulheres (19,7% contra 9,3% para os homens). A pobreza é também muito elevada com 71,3% contra 63,4% para os homens, de acordo ao (IOF-2010

Contudo, nota-se desde 1980 uma redução permanente da fecundidade. O Índice sintético de fecundidade (ISF) que era de 4,7 crianças por mulher em 2001 caiu para 3,6 em 2012.

II.2.1 Perfil Médios das despesas de consumo e rendimento do trabalho por sexo

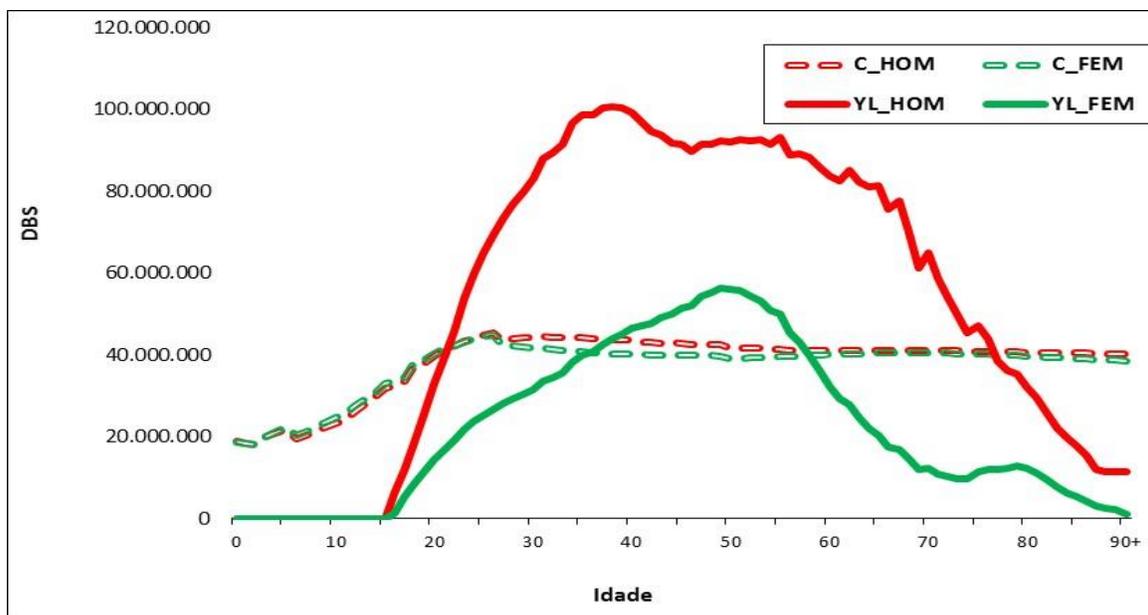
O gráfico 10 mostra o comportamento individual em termos das despesas de consumo e do rendimento do trabalho da população santomense de acordo com a idade, por sexo.

No que se refere às despesas de consumo, observa-se um comportamento similar dos homens e das mulheres durante todo o ciclo de vida. O nível médio das despesas de consumo entre o sexo estabiliza-se em torno de 40 milhões de DBS para cada indivíduo maior de 25 anos, embora ter tido um aumento progressivo na faixa etária dos 0 a 19 anos, de aproximadamente 19 a 40 milhões de DBS. Em contrapartida, na faixa etária de 26-60 anos, nota-se que os homens consomem ligeiramente mais do que as mulheres.

De acordo com o mesmo gráfico, nota-se um nível de rendimento do trabalho relativamente muito elevado nos homens em relação as mulheres durante todo o ciclo de vida. É também notável que o rendimento médio mais elevado nas mulheres (56 304.238 DBS) é obtido em média aos 49 anos de idade, enquanto que nos homens, este rendimento máximo de

100.264.905 DBS (2 vezes mais que as mulheres) é obtido em média aos 39 anos.

Gráfico 10: Perfil Médio das despesas de consumo e do rendimento do trabalho por sexo.



Fonte: NTA_STP_2016 DGP/INE

II.2.2 Perfil agregado das despesas de consumo e rendimento do trabalho por sexo

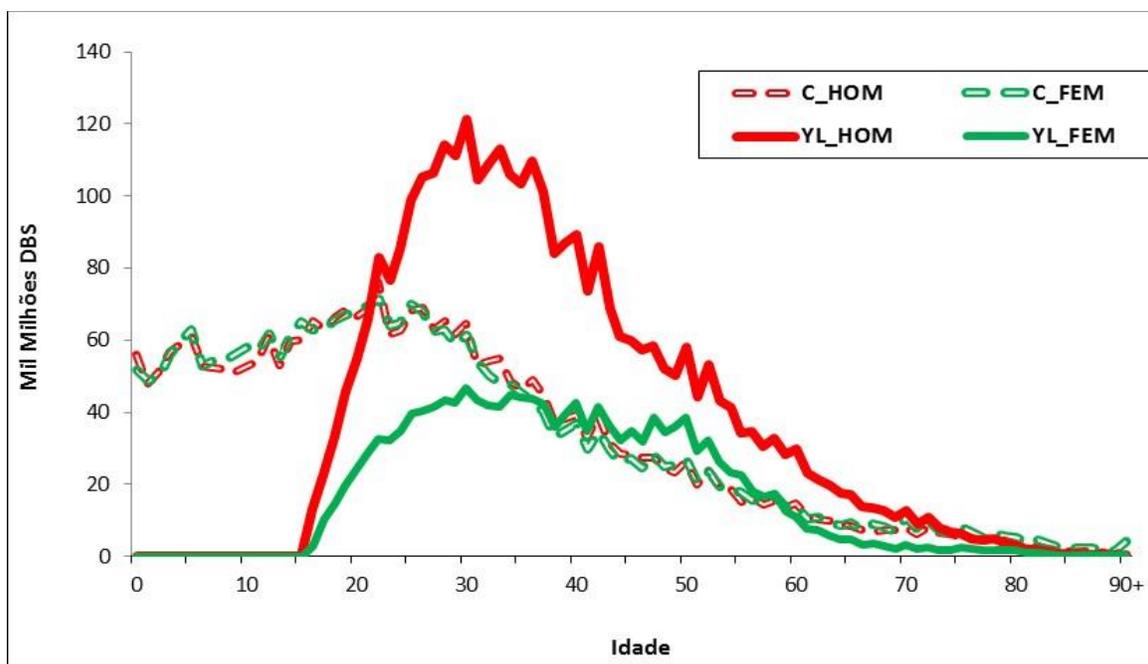
De acordo aos dados, a estrutura demográfica da população masculina e a feminina permanece quase similar no que se refere as despesas de consumo. Também observa-se a mesma proximidade de igualdade a nível nacional.

O gráfico 11, mostra que ao nível agregado, as despesas de consumo dos homens e das mulheres são muito semelhantes em todo o ciclo de vida. Aproximadamente 60 mil milhões de DBS na faixa etária dos 0 a 30 anos,

embora começa a diminuir progressivamente a partir dos 30 aos 90 anos de acordo com a estrutura da população santomense.

A semelhança do nível médio, o rendimento do trabalho agregado é igualmente muito mais elevado nos homens do que nas mulheres em todas as idades. Os homens detêm 69% do rendimento de trabalho e atingem o pico aos 30 anos de aproximadamente 120 mil milhões de DBS contra 46 mil milhões para as mulheres na mesma idade.

Gráfico 11: Perfil agregado das despesas de consumo e rendimento do trabalho, por sexo



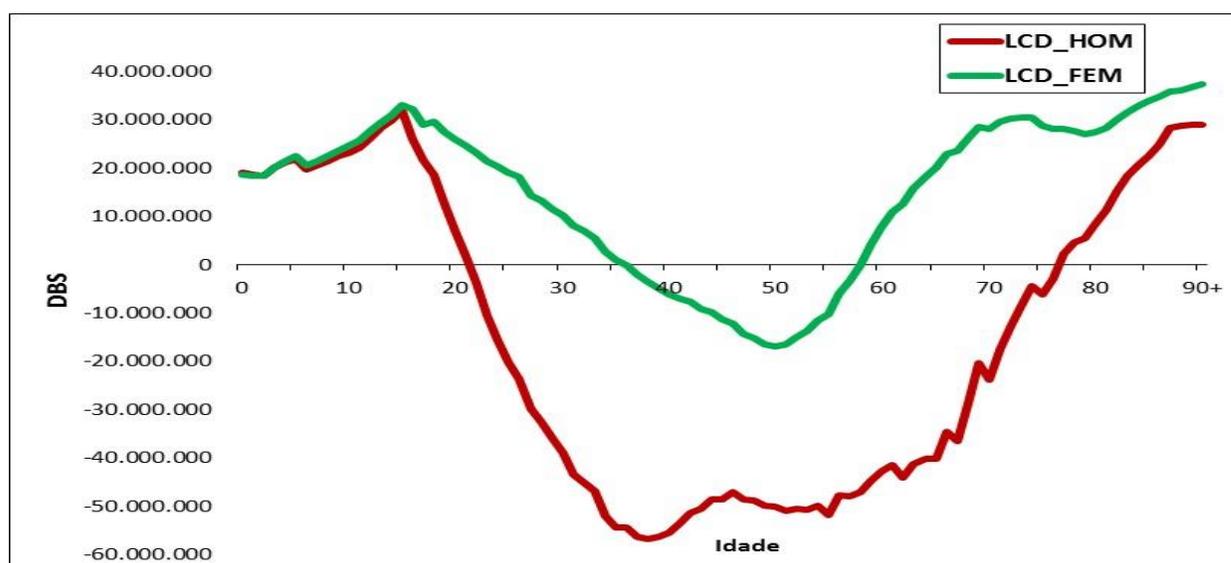
Fonte: NTA_STP_2016 DGP/INE

II.2.3 Défice do ciclo de vida por sexo

a) Défice médio do ciclo de vida por sexo

O gráfico 12 abaixo mostra que os homens são dependentes até aos 22 anos, enquanto as mulheres até aos 35 anos.

Gráfico 12: Défice médio do ciclo de vida de acordo com o sexo



Fonte: NTA_STP_2016 DGP/INE

Até aos 77 anos, os homens continuam a gerar um excedente de rendimento de trabalho enquanto as mulheres tornam-se novamente dependentes a partir dos 58 anos.

Observa-se no quadro 1 que o excedente do rendimento de trabalho médio gerado pelas mulheres da faixa etária dos (36-58 anos) é de 9 milhões DBS aproximadamente; o excedente do rendimento de trabalho dos homens da faixa etária dos (22 anos-76 anos) é de 39 milhões DBS aproximadamente, ou seja, 4 vezes superior.

O défice médio na fase juvenil das mulheres e dos homens é similar e gira em torno de 20 milhões DBS; enquanto o défice médio na fase de velhice para as mulheres é 1,5 vezes mais elevado do que o dos homens.

Quadro 1: Resumo do comportamento médio por sexo

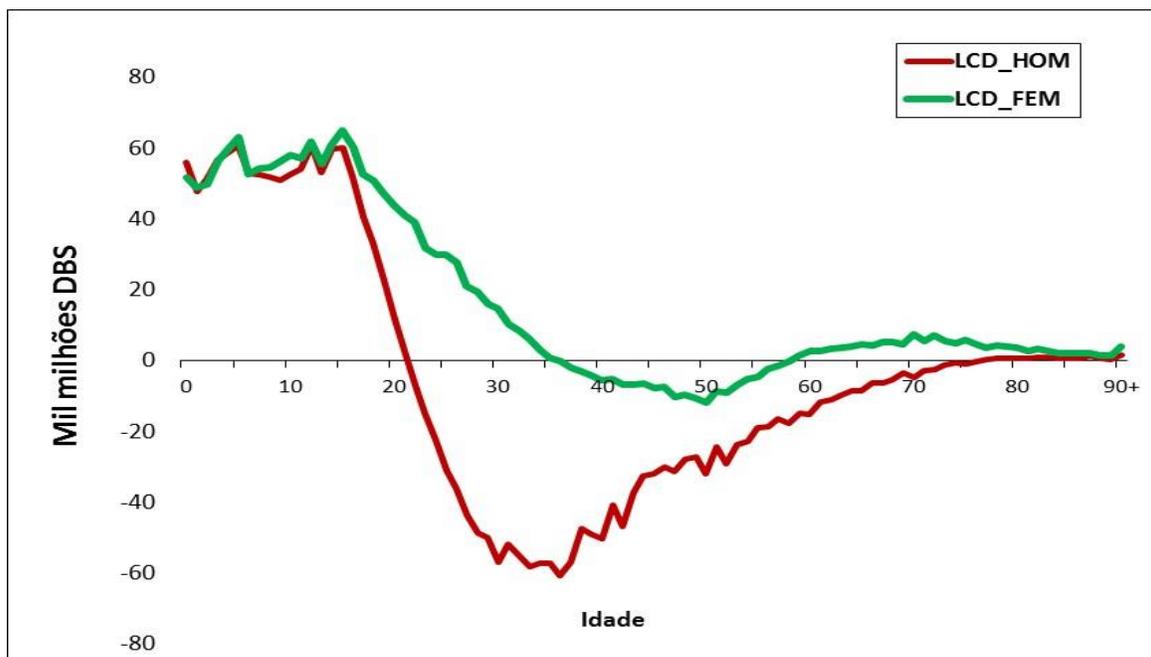
	Homens	Mulheres
Deficit médio na Juventude	20.603.121	20.039.967
Deficit médio na velhice	17.709.535	26.336.483
Superavit médio	38.526.243	9.318.009

Fonte: NTA_STP_2016 DGP/INE

b) Déficit agregado do ciclo de vida por sexo

O gráfico13 mostra uma forte dependência da juventude santomense sobretudo das mulheres. Dos 0 aos 20 anos de idade, o défice agregado atinge aproximadamente 60 mil milhões DBS para ambos os sexos. O excedente do rendimento de trabalho das mulheres entre os (36 – 58 anos) é estimado em 136 mil milhões DBS, enquanto que o excedente do rendimento de trabalho dos homens dos (22 anos – 76 anos) é aproximadamente 1 475 mil milhões DBS, ou seja, 11 vezes superior. A demanda social das mulheres é avaliada em 1 147 mil milhões DBS aproximadamente, o que traduz em fraco nível de autonomização da mulher e da jovem rapariga.

Gráfico 13: Déficit agregado do ciclo de vida por sexo



Fonte: NTA_STP_2016 DGP/INE

Resumidamente, pode-se observar no quadro 2 que os homens e as mulheres santomenses têm quase as mesmas despesas de consumo.

Quadro 2 : Resumo do comportamento nacional de acordo com o sexo

Valores em milhões de dobras (DBS)	Homens	Mulheres
Despesas de consumo Total	2954,01	2957,69
% Despesas de Consumo	49,97%	50,03%
Rendimento do Trabalho	3374,83	1510,96
Contribuição do rendimento de trabalho	69,10%	30,90%
Deficit do ciclo de vida	-420,83	1446,73

Fonte: NTA_STP_2016 DGP/INE

Embora a sua contribuição para o rendimento do trabalho permaneça totalmente diferente, as mulheres detêm apenas 31% contra 69% para os homens. Consequentemente, as mulheres têm uma demanda social de

aproximadamente 1 447 mil milhões DBS, onde os homens têm 421 mil milhões DBS de excedente social.

II.3 Dividendo demográfico por meio de residência

Em São Tomé e Príncipe, a noção de meio de residência é delimitada diferentemente em relação a outros países da região e do mundo. Considerando sobre tudo o número limitado de distritos e a ausência de critérios suportáveis (técnicos e científicos) para classificação, por meio de certas hipóteses, são designadas no plano estatístico como zonas urbanas e rurais.

As análises comparativas decorrentes permanecem assim limitadas visto não existir diferença significativa entre as despesas de consumo e rendimento de trabalho no meio rural e urbano.

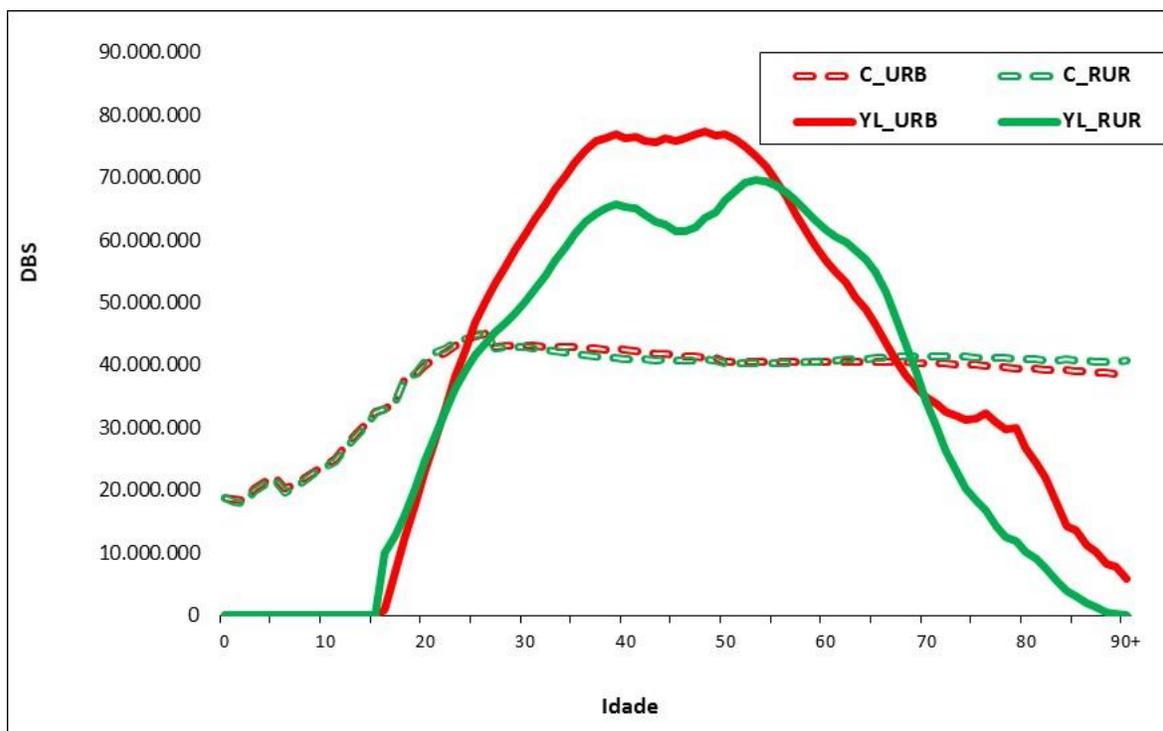
II.3.1 Perfil médio das despesas de consumo e rendimento do trabalho por meio de residência.

O gráfico 14 mostra que as despesas de consumo médio são idênticas em qualquer que seja o meio de residência durante todo o ciclo de vida. Tal pode explicar-se pela pequenez do país, caracterizado por um mercado muito pouco diversificado. As despesas de consumo médio estabilizam-se em torno de 40 milhões de DBS nos dois meios para todos os indivíduos com mais de 20 anos.

Embora tenha tido um aumento progressivo de 19 a 40 milhões DBS durante os 0 aos 20 anos de idade. Relativamente ao mesmo gráfico, o nível de rendimento de trabalho é ligeiramente mais elevado no meio urbano do que rural, excepto na faixa etária dos 56 – 70 anos, onde observa-se uma situação inversa.

O rendimento médio mais elevado no meio rural (69 milhões DBS) é obtido aos 53 anos, enquanto no meio urbano, o rendimento mais elevado é de 77 milhões DBS, obtido aos 48 anos.

Gráfico14: Perfil médio das despesas de consumo e rendimento do trabalho por meio de residência



Fonte: NTA_STP_2016 DGP/INE

II.3.2 - Perfil agregado de consumo e rendimento do trabalho por meio de residência

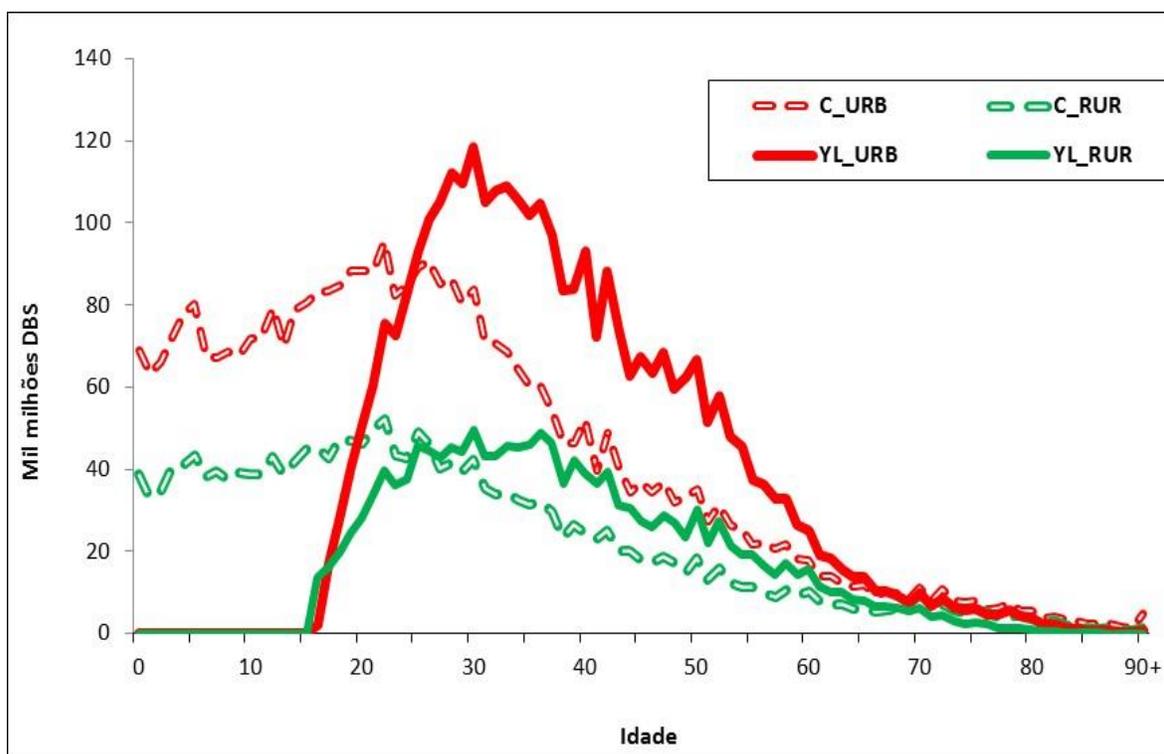
A estrutura diferenciada da população no meio urbano e rural induz a níveis de consumo desequilibrados ao nível nacional.

O gráfico 15 mostra que, ao nível agregado, as despesas de consumo bem como o rendimento do trabalho são muito mais elevados no meio urbano (65,4% e 68,3% respectivamente do total das despesas de consumo e do total do rendimento de trabalho).

Antes dos 30 anos de idade, a despesa de consumo varia entre os 60 a 95 mil milhões DBS no meio urbano, enquanto no meio rural, varia entre 32 e 52 mil milhões DBS, na mesma faixa etária.

Os indivíduos residentes do meio rural atingem o pico no rendimento do trabalho aos 30 anos, aproximadamente 50 mil milhões DBS, enquanto que na zona urbana para os indivíduos da mesma idade é de aproximadamente 118 mil milhões DBS, ou seja 2,4 vezes mais elevado.

Gráfico 15: Perfil agregado de consumo e rendimento do trabalho de acordo com o meio de residência



Fonte: NTA_STP_2016 DGP/INE

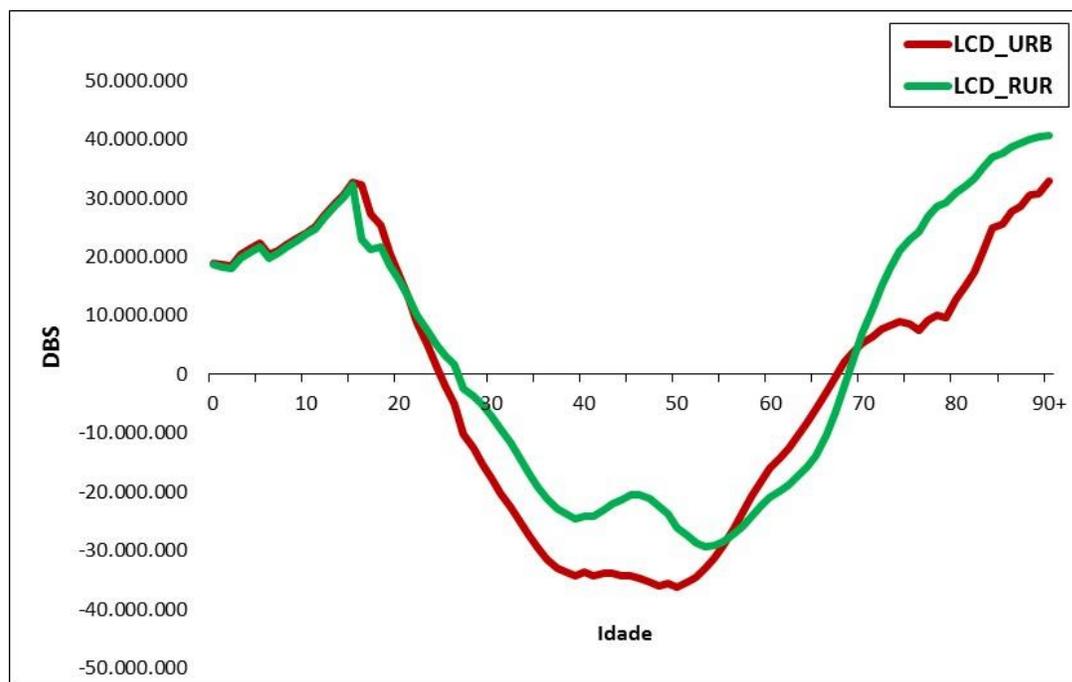
II.3.3 Déficit do ciclo de vida por meio de residência

a) Déficit médio do ciclo de vida por meio de residência

Observa-se no gráfico 16, que os residentes do meio urbano são dependentes até à idade de 24 anos, enquanto no meio rural, chegam a cobrir as suas despesas de consumo com seu rendimento do trabalho, dois anos mais tarde.

Até aos 68 anos de idade, estes últimos continuam a ter excedente no rendimento de trabalho, enquanto os seus vizinhos do meio urbano tornam-se dependentes a partir dos 67 anos de idade (um ano antes).

Gráfico 16: Déficit médio de ciclo de vida por meio de residência



Fonte: NTA_STP_2016 DGP/INE

Observa-se que no quadro nº3, que o excedente médio gerado no meio urbano é ligeiramente mais elevado do que no meio rural (24 contra 19 milhões DBS). Na mesma análise comparativa, observa-se que o déficit médio na juventude é de 21 milhões DBS no meio urbano contra 19 milhões DBS no meio rural. Na velhice, a tendência é totalmente diferente, o déficit médio no meio rural é 1,8 vezes mais elevado do que no meio urbano.

Quadro 3: Comportamento médio de acordo com o meio de residência

	Urbano	Rural
Deficit médio na juventude	20.984.795	18.829.598
Deficit médio na velhice	15.386.968	27.790.736
Superavit médio	23.907.867	19.1060882

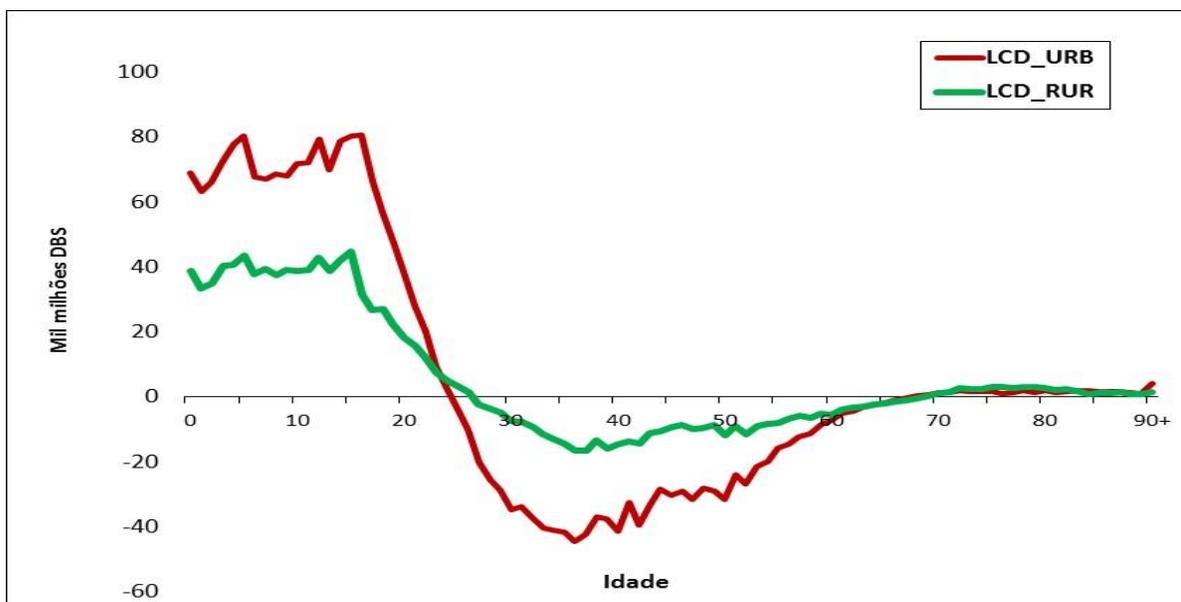
Fonte: NTA_STP_2016 DGP/INE

b) Défice agregado do ciclo de vida por meio de residência

O gráfico nº 17 mostra que a população juvenil santomense é muito dependente, no entanto é mais elevada no meio urbano. Para os indivíduos dos 0 aos 15 anos, o défice agregado varia entre 63 e 80 mil milhões DBS; enquanto que para o meio rural é apenas de 45 mil milhões DBS. O excedente de rendimento de trabalho dos trabalhadores independentes no meio rural é de aproximadamente 350 mil milhões DBS, enquanto que no meio urbano é de 1 010 mil milhões DBS, ou seja, três vezes superior.

A demanda social no meio rural é avaliado em 497 mil milhões DBS, representando 48% da necessidade nacional, enquanto que no meio urbano é de 529 mil milhões DBS, ou seja, 52% da demanda social nacional.

Gráfico 17: Déficit agregado de ciclo de vida de acordo com o meio de residência



Fonte: NTA_STP_2016 DGP/INE

Em resumo, observa-se que o meio urbano santomense pesa economicamente mais do que o meio rural.

No quadro nº4, constata-se que os residentes do meio urbano detêm mais de dois terços do rendimento trabalho. Contudo, o seu peso na despesa de consumo representa 65,4%, o que faz com que a sua demanda social permaneça relativamente mais elevada, aproximadamente de 529 mil milhões DBS contra 497 mil milhões DBS no meio rural, ou seja, uma diferença líquida de 33 mil milhões DBS.

Quadro 4: Comportamento nacional de acordo com o meio de residência

Valores em bilhões de Dobras	Urbano	Rural
Despesas de Consumo Total	3.864,04	2.047,66
% do Consumo	65,4%	34,6%
Rendimento de Trabalho	3.334,71	1.551,08
Contribuição do rendimento de trabalho	68,3%	31,7%
Deficit do Ciclo de Vida	529,33	496,58

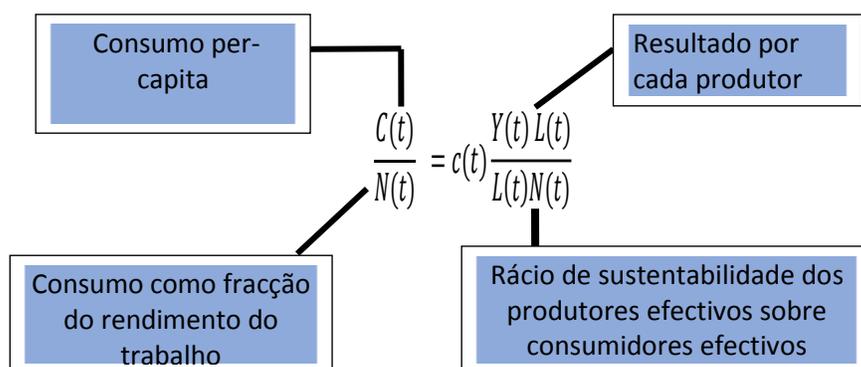
Fonte: NTA_STP_2016 DGP/INE

III. Rácio de sustentabilidade económica e Projecção em São Tomé e Príncipe

III.1. Construção e medição do rácio de sustentabilidade económica de São Tomé e Príncipe

O rácio de sustentabilidade económica mede o efeito da estrutura etária sobre a capacidade da população em contribuir para a produção corrente. Este rácio é calculado com base no perfil das despesas de consumo e do rendimento do trabalho. Esta análise permite aos decisores políticos tomarem decisões para a implementação efectiva de políticas económicas adequadas para o crescimento da produtividade, de forma adequar a formação e o emprego, eficiência no sistema de saúde e sustentabilidade nas reformas para boa governação.

Tecnicamente, o rácio de apoio é como segue:

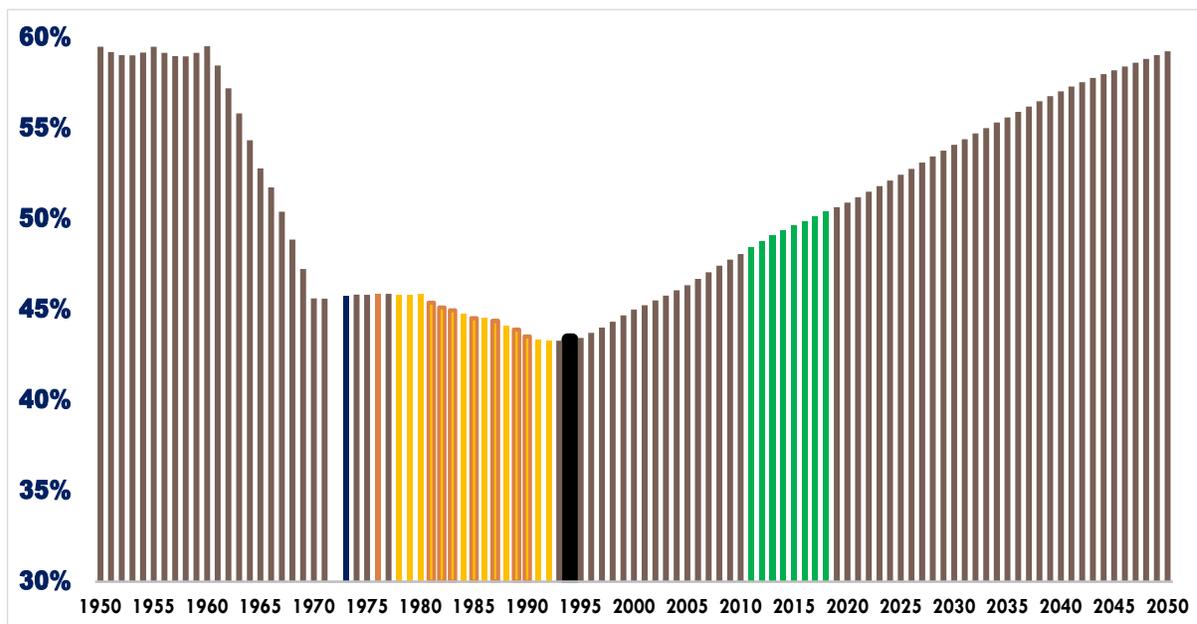


O emprego é, por conseguinte, e por repercussão do mercado de trabalho, o factor primordial no que concerne a base do bónus demográfico.

No período 1975-1994, o país conheceu uma evolução negativa no rácio de sustentabilidade económica que passou de 46% em 1975 a 43% em 1994. **A data de início do crescimento do ratio de sustentabilidade económica (RSE) corresponde à data de abertura da janela do dividendo demográfico.**

Em 1994 verificou-se a abertura da janela de oportunidade demográfica de São Tomé e Príncipe. Assim, desde 1994 constata-se uma tendência crescente do RSE que passou de 43% a 50% em 2016, ou seja um produtor efectivo para dois consumidores efectivos (Ver o gráfico seguinte).

Gráfico 18: Evolução do Rácio de Sustentabilidade Económico (RSE)



Fonte: Cálculos NTA, CREFAT 2016.

Este gráfico indica que, se todas as variáveis mantiverem constantes, o rácio de sustentabilidade económica poderá prosseguir tendencialmente crescente de 2015 a 2050, em que atingirá a sua situação ideal.

Esta evolução não está estagnada, mas dependerá fortemente das medidas de políticas a serem implementadas em matéria da governação, investimentos do capital humano (educação, saúde), de empregos (investimentos e flexibilidade do mercado do trabalho) e Planeamento familiar (fecundidade).

Com efeito, a população santomense potencialmente activa tem vindo a crescer progressivamente em relação a população inactiva, devido a alta percentagem da população juvenil, constituindo assim o período do início do bónus demográfico.

Este período indica ao mesmo tempo, que medidas de políticas de criação e promoção de empregos em massa deveriam ser incentivadas. Por

consequente, São Tomé e Príncipe deveria favorecer as políticas de emprego sustentáveis para os jovens.

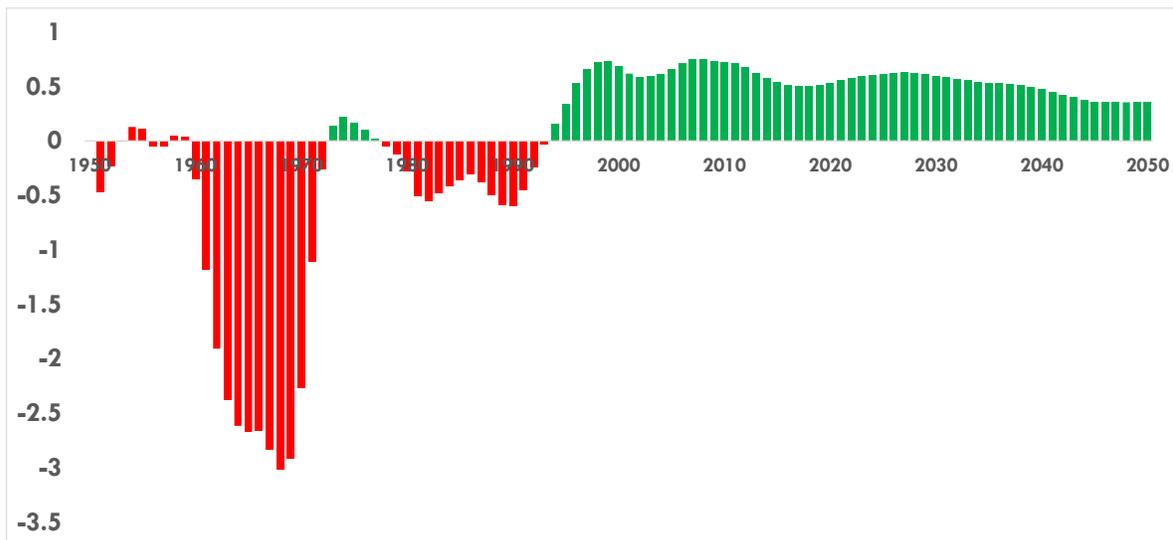
III.2 Crescimento do Rácio de sustentabilidade Económico: A medição do Dividendo Demográfico.

O primeiro dividendo demográfico é calculado com base na taxa de crescimento do SER. É neste período de crescimento do RSE que representa uma estrutura da população potencialmente favorável ao crescimento económico.

Empiricamente, a curva do crescimento do RSE, por conseguinte a do Dividendo Demográfico, mostra que este último é decrescente desde os anos 60 até 1994, passando por um fraco aumento de 1% entre 1970 e 1980. Mas, a partir de 1994, esta taxa torna-se positiva e continua a crescer numa tendência crescente sob a forma de onda entre 0,5 e 0,4, até aos anos 2050.

Por outro lado, o gráfico nº19 mostra que São Tomé e Príncipe conheceu a abertura da janela de oportunidade desde 1994, provavelmente ligada à abertura do multipartidarismo; distribuição de terras agrícolas, criação das empresas privadas e públicas; construções e reabilitações das escolas primárias e secundárias no país; anúncio da existência da possibilidade de exploração do petróleo, e outros factores.

O Dividendo demográfico atingiu o seu "pico" de 0,75% em 2008. "Pico" este que poderia provavelmente explicar-se por causa do anúncio da exploração do petróleo. A partir deste momento, como o Estado não preconizou políticas adequadas, o dividendo está a diminuir, constituindo sérios problemas no âmbito do desenvolvimento económico e social.

Gráfico 19: Dividendo Demográfico

Fonte: Calculo dos NTA, CREFAT 2016.

Este primeiro dividendo contribui fortemente para o crescimento económico, mas permanece limitado no tempo devido à transição demográfica que conduz irremediavelmente à uma baixa em termos de fecundidade. Podemos citar, como exemplo, o caso de países como o Japão ou a Alemanha que não beneficiam mais deste primeiro dividendo demográfico, mas que actualmente beneficiam do segundo dividendo demográfico ligado à qualidade da produtividade incorporada no capital humano.

É importante que os decisores políticos implementem políticas que permitam captar um primeiro dividendo demográfico elevado num período de tempo relativamente curto (20 a 30 anos) e implementem as reformas e medidas de políticas que permitam antecipar a captura do segundo dividendo.

A formação e saúde são mobilizadas fortemente para o reforço da qualidade do capital humano. Os empregos em massa nos sectores dos

serviços turísticos, da transformação industrial, e na perspectiva do ensino superior, seriam uma vantagem para São Tomé e Príncipe.

IV. Projecção NTA (National Transfer Account) do 1º Dividendo Demográfico

O modelo NTA é utilizado para realizar a projecção do primeiro dividendo demográfico no horizonte 2050. Esta projecção toma em conta a evolução da população sob as hipóteses de uma fraca fecundidade da população fraca, moderada ou elevada.

A vantagem que oferece este modelo é que, para além de permitir uma projecção do potencial económico tirado da estrutura etária da população, de implementar políticas económicas para o desenvolvimento desejado no futuro.

Em contrapartida, este modelo fornece indicadores importantes para o governo para planificação económica, que toma em conta a evolução da população e ajuda a identificar as oportunidades ideais para um crescimento económico sustentável, resultante da estrutura da população.

O aumento do RSE permite melhorar o crescimento económico, produtividade, aumento dos rendimentos, bem como permite que as famílias e os governos invistam mais na saúde, educação e no bem-estar para futuras gerações.

Além disso, para aproveitar o potencial económico devido à estrutura etária da população, o país deverá:

- Privilegiar os investimentos na saúde e na educação para melhorar a qualidade do capital humano;

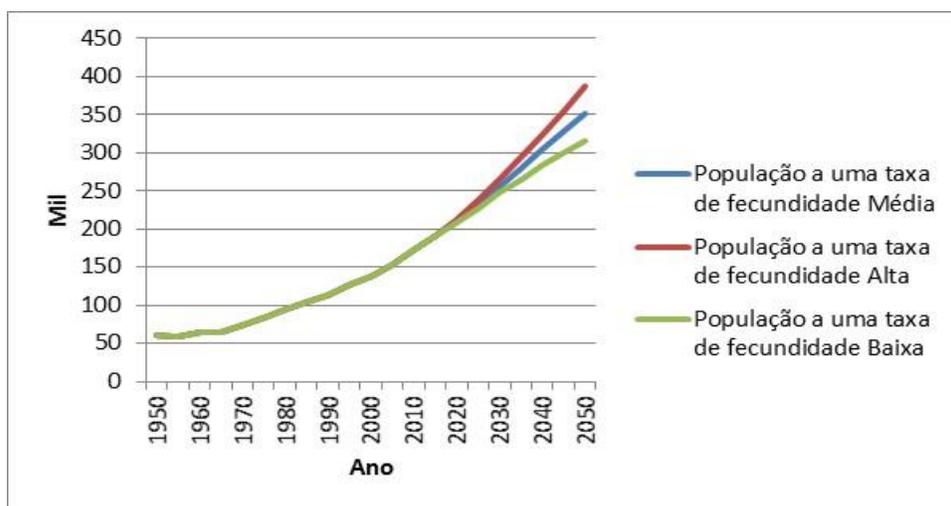
- ✚ Favorecer a criação de empregos em massa para assegurar que a mão-de-obra tenha maior poder de compra;
- ✚ Assegurar a eficácia na governação dos recursos públicos e na prestação dos serviços sociais.

É necessário examinar as perspectivas de São Tomé e Príncipe para a exploração do seu dividendo demográfico no horizonte 2050 com base num cenário de evolução da população.

IV.1 Resultados de projecção

Para as diferentes hipóteses formuladas, o modelo produziu resultados que permitem saber qual é o potencial económico tirado da estrutura etária da população nos próximos 45 anos. Os resultados suscitam a elaboração e a implementação de políticas de desenvolvimento que integrem a população.

Gráfico 20: Projecção da população de São Tomé e Príncipe



Fonte: CREFAT, 2016.

De acordo com o gráfico nº 20, a população de São Tomé e Príncipe está numa clara progressão, com uma projecção para 400 mil habitantes em 2050, com a hipótese de taxa de fecundidade alta. No entanto, de acordo ao comportamento da taxa de fecundidade mostra que este último fornece as mesmas tendências para a evolução da população até 2020.

A população de São Tomé e Príncipe aumenta continuamente. A análise deste aumento, de acordo com os diferentes cenários, revela que até 2020, a tendência permanece a mesma para os três cenários, mas a partir de 2021, observa-se a influência de cada cenário nesta tendência. Com efeito, a adopção de um comportamento de taxas de fecundidade elevadas faz com que a população aumente mais rapidamente em relação ao cenário de base e quando toma-se em conta uma taxa de fecundidade baixa, observa-se uma evolução mais lenta.

A estrutura da população por idade indica que a população de São Tomé e Príncipe é jovem.

IV.2 Resultado de projecção NTA do dividendo demográfico

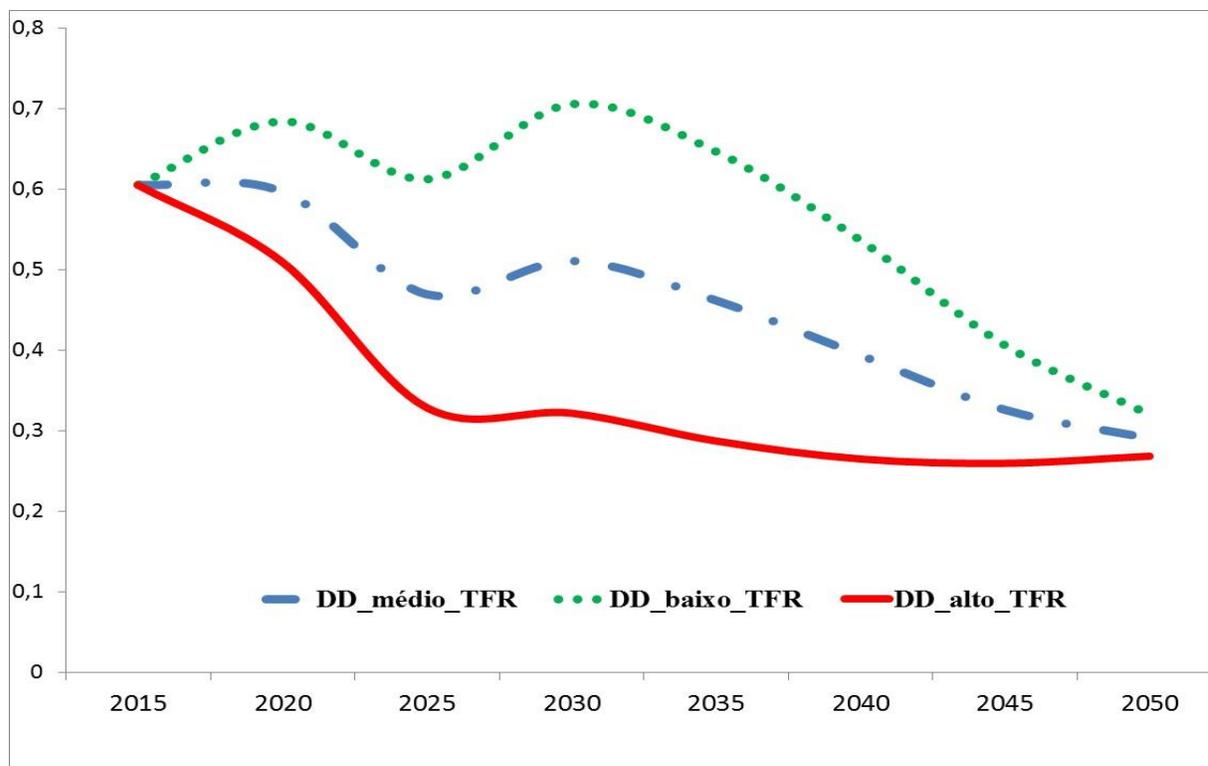
De acordo com a hipótese de taxa de fecundidade mediana (DD_médio_TFR), o potencial económico resultante da estrutura etária da população diminui de 60 trabalhadores efectivos para 100 santomenses a 30 trabalhadores efectivos para 100 santomenses em 2050. Contudo, esta evolução não é linear, dado que em 2030 haverá uma melhoria do dividendo demográfico após a forte depressão deste último em 2025, antes de começar a sua queda de 2035 a 2050.

Contudo, fora do cenário zero(0), as hipóteses extremas feitas sobre a taxa de fecundidade fornecem evoluções sobre o dividendo demográfico, quer seja uma taxa alta ou baixa.

Com efeito, no cenário um (1) - taxa de fecundidade elevada (DD_High_TFR) – o dividendo demográfico reduz-se continuamente antes de convergir em 2050 de 30 trabalhadores efectivos para 100 santomenses. Se as despesas na saúde e na educação, no estado actual se mantiverem, para os próximos anos, a estrutura etária da população na hipótese de alta taxa de fecundidade não criará riqueza em benefício do país. Por conseguinte, os investimentos para a melhoria do capital humano aumentarão.

Além disso, o cenário dois (2) com a hipótese de uma fraca taxa de fecundidade (DD_low_TFR) fornece uma projecção do dividendo demográfico em aumento nos próximos anos antes de convergir em 2050 de 30 trabalhadores efectivos para 100 consumidores.

Gráfico 21: Projecção do Dividendo Demográfico São Tomé e Príncipe



Fonte: CREFAT, 2016.

De 2015 a 2020, há um primeiro aumento do potencial económico antes de conhecer um segundo aumento mais importante entre 2030 e 2035, antes de começar a sua convergência em 2050 (Gráfico 21).

Os investimentos na educação e na saúde são sempre assegurados. Quanto mais o capital humano é melhorado, a produção e sobretudo a produtividade económica aumenta. Os empregos em massa para aproveitar da estrutura etária da população, passa pela execução de políticas de investimento nos sectores como turismo, a transformação dos produtos agrícolas e sobretudo na construção de centros universitários de vocação internacional (High level).

Em resumo, a projecção do dividendo demográfico com base na taxa de fecundidade fornece uma indicação sobre o potencial económico do país no futuro. Outra projecção poderia ser feita com base na taxa de migração, mas na ausência de dados isso não poderá ser feita.

Recomendações e próximas etapas

Tendo em conta os resultados obtidos a partir da análise do método NTA sobre o dividendo demográfico em São Tomé e Príncipe, o grupo de peritos em concertação com a equipa técnica nacional reteve as seguintes recomendações, que permanecem globais, esperando a declinação dos diferentes sectores da economia nacional:

- ❖ Posicionar o DD nos instrumentos de política de desenvolvimento
- ❖ Realizar estudos específicos e complementares para a optimização do dividendo demográfico em São Tomé e Príncipe
- ❖ Fazer o seguimento-avaliação do dividendo demográfico através da criação de um observatório sobre o dividendo demográfico.

- ❖ Aumentar os investimentos na educação e formação dos jovens (Formação profissional, universitária...)
- ❖ Favorecer a formação da equipa técnica nacional
- ❖ Formar técnicos nacionais do sistema de saúde sobre certas patologias médicas
- ❖ Desenvolver o sector agro-industrial
- ❖ Sensibilizar para uma mudança de comportamento favorável para manterem as jovens raparigas na escola
- ❖ Facilitar a inserção das mulheres no mercado do trabalho a fim de aumentar os seus rendimentos e reduzir o seu défice
- ❖ Favorecer o financiamento da economia pela criação de bancos de desenvolvimento
- ❖ Organizar o sector informal
- ❖ Reforçar a política do emprego direccionado a faixa etária dos 15-24 anos;
- ❖ Estabilizar e reforçar os empregos que existem nos grupos etários de 25-67 anos;
- ❖ Antecipar sobre o peso demográfico futuro dos jovens implementando uma política de envelhecimento activo;
- ❖ Reforçar a autonomização das mulheres que são dependentes durante todo o ciclo de vida depois dos 36-58 anos. Com efeito, as mulheres geram apenas 31% do rendimento do trabalho enquanto representam mais da metade da população.
- ❖ Reduzir as disparidades espaciais. Com efeito, 31,7% do rendimento do trabalho é gerado no meio rural contra 68,3% no meio urbano. Criação de polos económicos de desenvolvimento e a implementação de políticas de ordenamento do território adequado poderiam reduzir, a curto prazo, estas disparidades e eliminá-las a longo prazo.

- ❖ Implementar políticas encorajadoras para captar o 1º dividendo demográfico no período da abertura.
- ❖ Implementar políticas de investimento nos potenciais sectores como o turismo, a transformação dos produtos agrícolas e sobretudo na construção de centros universitários de vocação internacional.

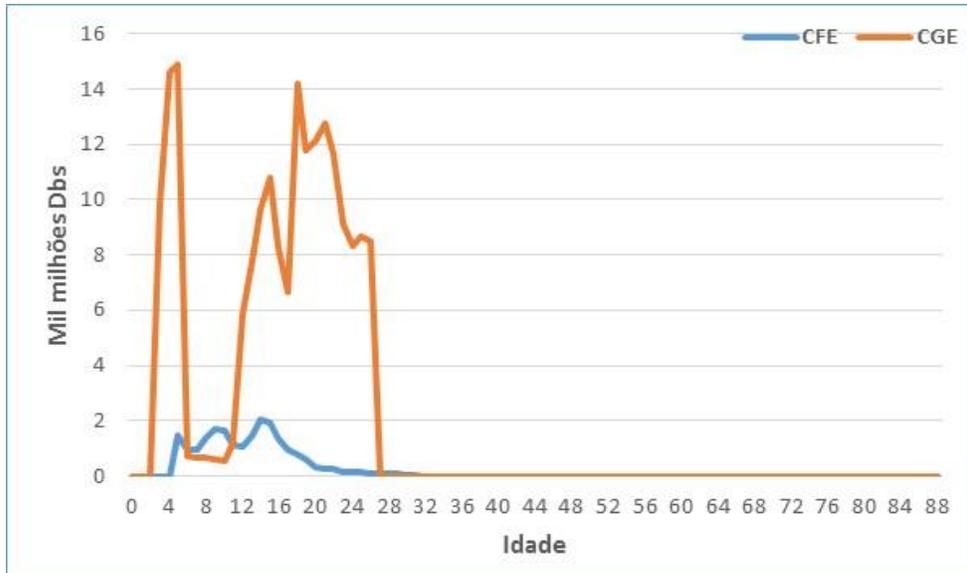
O modelo DEMDIV permitiu projectar indicadores como o PIB per-capita até em 2050 sob certas hipóteses das quais retemos globalmente que:

- ❖ Reter por tempo necessário na escola os homens e as mulheres;
- ❖ Tornar as instituições públicas mais eficientes;
- ❖ Utilizar as novas tecnologias de comunicação;
- ❖ Melhorar o sistema financeiro;
- ❖ Tornar flexível o mercado do trabalho;
- ❖ Permitir um aumento da produtividade económica e aumentar sensivelmente o índice de desenvolvimento humano em São Tomé.

ANEXOS

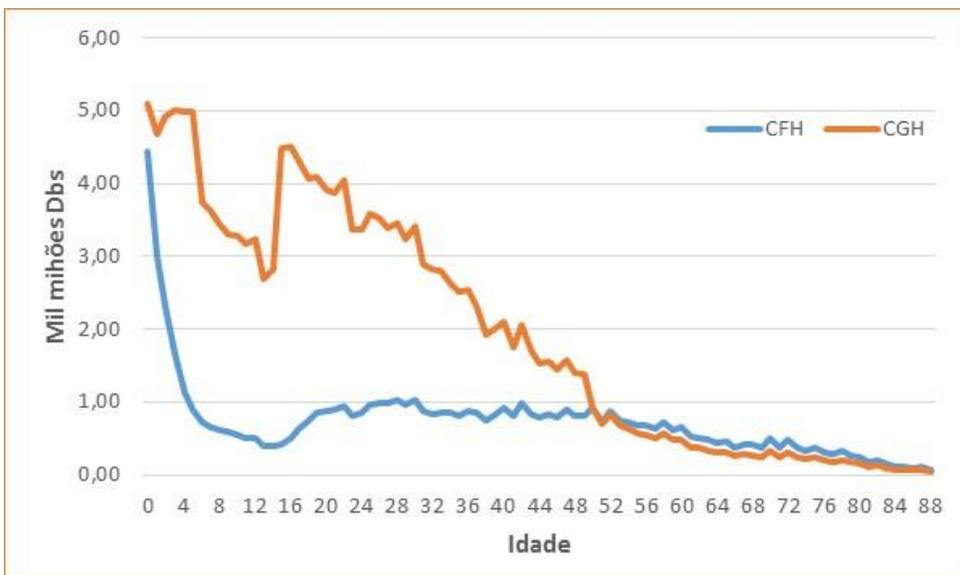
ANEXO 1: CONSUMO

Gráfico nº 22: Perfil agregado de despesas de consumo público e privado de educação



Fonte: Cálculos NTA a partir dos dados do inquérito IOF 2010, CREFAT 2015.

Gráfico 23: Perfil agregado de despesas de consumo público e privado da saúde



Fonte: Cálculos NTA a partir dos dados do inquérito IOF 2010, CREFAT 2015.

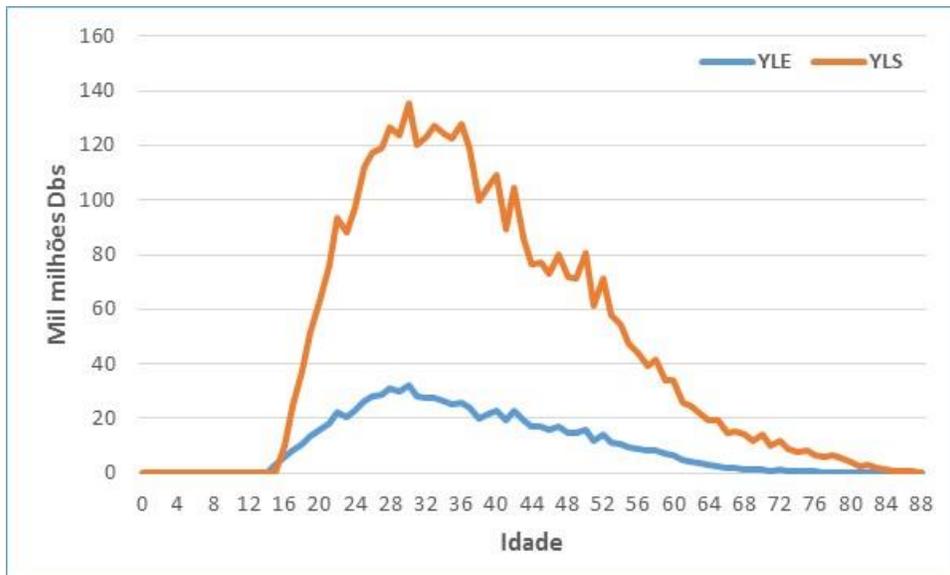
Gráfico 24: Perfil agregado de outras despesas de consumo públicos e privados



Fonte: Cálculos NTA a partir dos dados do inquérito IOF 2010, CREFAT 2015.

ANEXO 2: RENDIMENTO DO TRABALHO

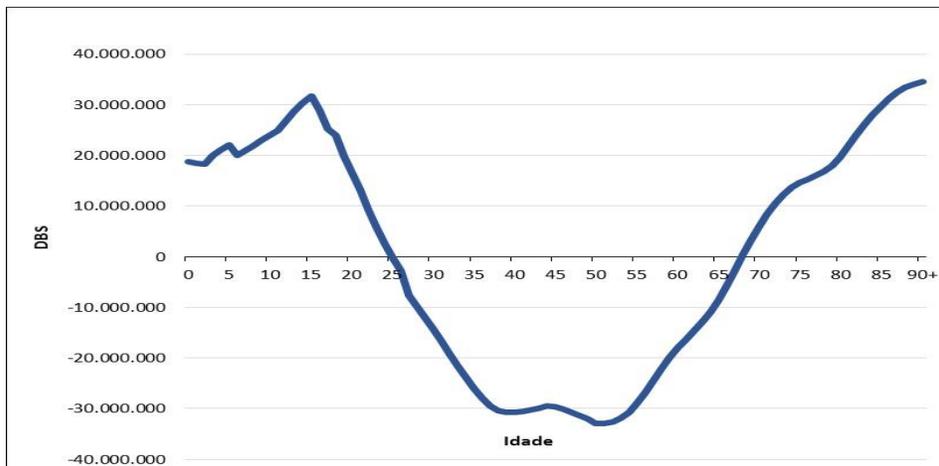
Gráfico 25: Perfil agregado do rendimento salarial e do auto-emprego



Fonte: Cálculos NTA a partir dos dados do inquérito IOF 2010, CREFAT 2015.

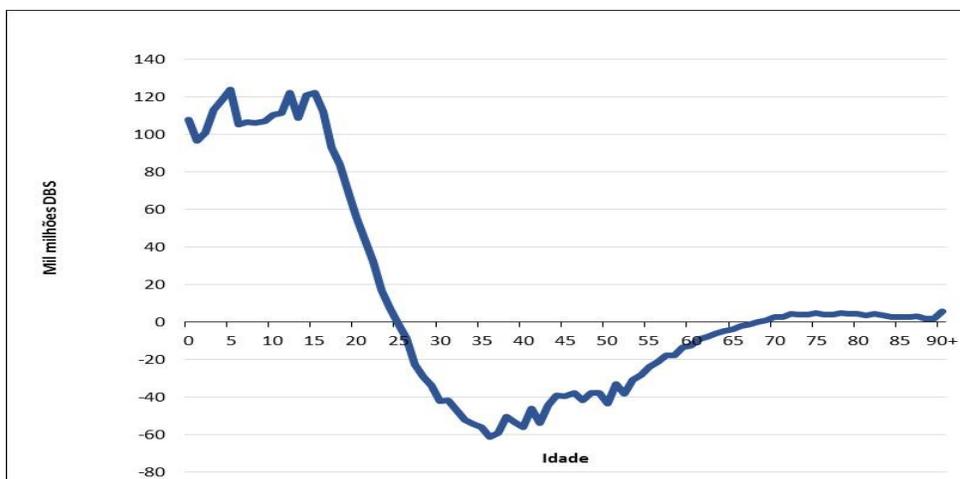
ANEXO 3: DÉFICE DO CICLO DE VIDA

Gráfico 26: Perfil médio do défice do ciclo de vida



Fonte: Cálculos NTA a partir dos dados do inquérito IOF 2010, CREFAT 2015.

Gráfico 27: Perfil agregado do défice do ciclo de vida



Fonte: Cálculos NTA a partir dos dados do inquérito IOF 2010, CREFAT 2015.